

# O Marfim e Além

Uma Década de Progresso



# O Marfim e Além

Uma Década de Progresso

# Agradecimentos

A ONG Stop Ivory foi fundamental na criação da EPI e do seu Secretariado, enquanto a Conservation International e muitas outras organizações prestaram apoio desde a fase inicial. A Stop Ivory encerrou as operações em 2020, depois de muitas das suas responsabilidades terem sido formalmente assumidas pela Fundação EPI. A Conservation International continua a ser uma apoiante essencial da EPI. Sem a visão da Stop Ivory e a generosidade da Conservation International, não estaríamos a celebrar o 10º aniversário.

O trabalho da EPI também é apoiado por governos e instituições internacionais, organizações filantrópicas líderes e doadores privados. Gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão à:

Tusk, a Iniciativa Darwin e o Escritório de Relações Exteriores da Commonwealth & Desenvolvimento (FCDO) do Governo do Reino Unido e o Fundo de Combate ao Comércio Ilegal de Vida Selvagem, o Departamento dos Estados Unidos para Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL) do Governo dos EUA e o Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos EUA e o Banco Mundial.

Estamos também gratos pelo apoio das entidades filantrópicas, doadores privados, empresas, agências da ONU e ONGs. Esses incluem:

Andrea Soros Colombel, Balyasny Asset Management, Band Foundation, Barry e Helen Homes, Fundação Betty Millard, Cerno Capital, Fundo Corton Hill, Dawn Arnall, Edith McBean, Fundo Elephant Crisis, EY, Fiona McKenzie, Fundação Friedman French, GardaWorld, Harry e Shirley Hagey, Huawei, Fundação Loke, Michael Spencer, MT Europe, National Geographic, Fundação Rumi, Steven Stone, Suzie e Fred Fehsenfeld, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Wild Philanthropy.

O sucesso da EPI dependeu da competência técnica, da generosidade e do espírito de parceria de muitas organizações. Temos orgulho de sermos parceiros ou de ter trabalhado em estreita colaboração com as seguintes organizações:

Action for Elephants UK, African Conservation Foundation (ACF), Africa Nomads Conservation, African Parks Foundation Network, African Wildlife (AWF), Associação de Zoológicos e Aquários, Big Life Foundation, Bityarn Consult, Blue Green Future, Born Free Foundation, China Biodiversity Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Verde (CBCGDF), Elephant Voices, End Wildlife Crime, Agência de Investigação Ambiental (EIA), Fauna and Flora International, Sociedade Zoológica de Frankfurt, Fundação Kissama, Global Climate Pledge, HALO Trust, Fundo Internacional para o Bem-Estar Animal (IFAW) , Kalahari Conservation Society, Lewa Wildlife Conservancy, Lilongwe Society for the Protection and Care of Animals (LSPCA), Lilongwe Wildlife Trust, Mara Elephant Project, The Nature Conservancy, Nature Tropical, Northern Rangelands Trust, Royal Foundation, RSPCA International, Save the Elephants , Sheldrick Wildlife Trust, Space for Giants, TThokomela Endangered Wildlife Trust, TRACE, Tsavo Conservation Group, Tsavo Trust, Ulinzi Africa Foundation, Universidade de Washington, Wild Africa Fund, WildAid, Wildlife Conservation Society (WCS), Wildlife Direct, Wildlife Impact , Sociedade Zoológica de Londres (ZSL).

A Fundação EPI também agradece a Andrea Soros Colombel, da Conservation International e ao Programa Global de Vida Selvagem do Banco Mundial, pelo seu generoso apoio na elaboração do presente relatório, e pelos workshops e reuniões realizadas para comemorar o 10º aniversário da EPI em Nairobi, Quênia, em Maio de 2024.

*Todas as fotografias da Fundação EPI ou de código aberto, salvo indicação em contrário.*

*Editado por Barnaby Phillips*

*Fotografia da capa por Harsbil Gudka*

## CONTENTS

**INTRODUÇÃO** 4 AGRADECIMENTOS

6 PREFÁCIO

7 SUMÁRIO EXECUTIVO

10 INTRODUÇÃO

**RELATÓRIO** 14 **Capítulo 1: A Teoria de Mudança da EPI**

20 **Capítulo 2: Cumprimento da Proibição Internacional do Comércio de Marfim**

22 **Capítulo 3: Encerramento dos Mercados Nacionais de Marfim**

26 **Capítulo 4: Retirada do Marfim das Actividades Económicas**

36 **Capítulo 5: Implementação do Plano de Acção para o Elefante Africano**

40 **Capítulo 6: Conflito Homem-Elefante e a Visão 2030**

46 **Capítulo 7: Financiamento**

48 **Capítulo 8: Resultados: A EPI e o Comércio de Marfim**

**CONCLUSÃO** 56 CONCLUSÃO

59 APÊNDICE

## Prefácio

É uma honra para mim apresentar o relatório do 10º aniversário da Iniciativa de Protecção do Elefante (EPI), como a nova Presidente do seu Conselho de Liderança. Em 2014, vários líderes africanos reuniram-se para formar a EPI. Na sua declaração de constituição, afirmaram que “o abate ilegal de elefantes e o comércio do seu marfim estão fora de controlo em grande parte de África”. Era uma situação terrível e que nós, como líderes africanos, não deveríamos tolerar. Afinal, os elefantes fazem parte da nossa herança. Estão entrelaçados na nossa rica cultura e folclore, e não poderíamos nos dar ao luxo de perdê-los.

Uma década depois, numa visão periférica pelo nosso continente, vejo um quadro muito diferente e mais esperançoso. Este relatório descreve como invertemos a maré da crise da caça furtiva de elefantes e o papel vital desempenhado pela EPI nesse processo. A lista cada vez maior de países membros fala por si, ao mesmo tempo que é notável o trabalho contínuo do pequeno Secretariado para garantir as reservas de marfim.

O sucesso, no entanto, traz novos desafios. Hoje nos preocupamos menos com os sindicatos criminosos de

caça furtiva, e mais sobre como os elefantes podem coexistir com as nossas comunidades de agricultores e pastores. Os elefantes nem sempre são vizinhos fáceis. Podem destruir colheitas e ferir ou mesmo matar pessoas. E se as pessoas que vivem perto dos elefantes não se beneficiarem da sua conservação, será pouco provável que apoiem e os nossos esforços até agora terão sido em vão

A EPI reúne os governos africanos numa plataforma para projectar as suas preocupações e angariar financiamento. Capacita os responsáveis pela vida selvagem em todo o continente e os conecta entre si e com os principais profissionais da área. E amplifica as vozes daqueles que estão na linha da frente destas questões. Por outras palavras, a força única da EPI reside no facto de ser uma resposta liderada por África aos desafios em evolução em termos de conservação dos elefantes. Isso é tão verdade em 2024 quanto foi em 2014.

Continuaremos a trabalhar para um futuro melhor para os elefantes e para o povo Africano. Por favor, apoiem-nos na nossa jornada.

***Sharon Ikeazor, Presidente do Conselho de Liderança da EPI.***

*Antiga Ministra de Estado para o Meio Ambiente,  
República Federal da Nigéria*



## Sumário Executivo

**Este relatório conta a história da primeira década da Iniciativa de Protecção do Elefante (EPI), uma aliança única de países africanos empenhados em conservar os seus elefantes. Foi elaborado pelo Secretariado da EPI, a Fundação EPI.**

Os elefantes são animais magníficos. São apreciados não apenas em toda a sua área de distribuição, mas em todo o mundo, e desempenham um papel ecológico único e extremamente importante. Mas os anos que antecederam 2014 foram sombrios para a conservação dos elefantes africanos, com o abate ilegal e a caça furtiva de marfim em franco aumento em muitas regiões. Os líderes do Botswana, Chade, Gabão e Tanzânia, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, reuniram-se em Londres e decidiram que tinham de travar o abate. Concordaram que os países membros da EPI deveriam observar a moratória sobre o comércio internacional de marfim durante um mínimo de 10 anos, o que dá a este relatório uma clara relevância. Concordaram também em encerrar os mercados nacionais de marfim e retirar as reservas de marfim da actividade económica e, posteriormente, em elaborar os Planos de Acção Nacionais para os Elefantes (NEAP), consistentes com o Plano de Acção para o Elefante Africano de 2010.

A Teoria da Mudança da EPI é esclarecida no Capítulo 1. Ao implementar os seus compromissos, os estados-membros da EPI pretendiam perturbar a cadeia de abastecimento de marfim, aumentar a sensibilização do público e reforçar as medidas de aplicação. Causariam assim um declínio na procura de marfim, resultando na queda dos preços e, conseqüentemente, numa redução da caça furtiva.

A EPI tem sido amplamente bem-sucedida na consecução dos seus objectivos. No Capítulo 2, mostramos como a moratória sobre o comércio internacional de marfim



permanece firmemente em vigor 10 anos depois, apesar das contínuas diferenças de opinião entre os países africanos e de alguns debates acalorados nas reuniões da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção). No Capítulo 3, mostramos que muitos países africanos tomaram medidas para encerrar os seus mercados domésticos ou internos de marfim durante a última década. O mesmo aconteceu com o Canadá, a China, a União Europeia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

No Capítulo 4, analisamos detalhadamente a forma como a Fundação EPI está a trabalhar com os seus estados-membros, e alguns estados não-membros africanos, para manter seguros as reservas de marfim. A Fundação EPI desempenha um papel único na gestão e inventário de reservas. Esta é uma área altamente sensível, com implicações para a segurança do Estado e, potencialmente, para a corrupção. A Fundação EPI conquistou a confiança dos governos através da sua abordagem diplomática e profissional. Desenvolveu tecnologias e procedimentos personalizados para melhorar a segurança das reservas, formou mais de mil funcionários e realizou inventários em 15 países. E nos casos em que os países optaram por destruir as suas reservas, a Fundação EPI ajudou-os a fazê-lo.

A Fundação EPI também ajudou 11 países a desenvolver os seus NEAPs, conforme descrito no Capítulo 5. Estes planos holísticos reconhecem os desafios únicos colocados pelos elefantes, incluindo a necessidade de planeamento do uso da terra e a importância do apoio público para a conservação da vida selvagem.

Na verdade, foi o reconhecimento destes diversos desafios, e a crescente competição por terras e recursos em África, que levou a Fundação EPI a ajustar as suas prioridades em 2020, através da adopção de uma Visão estratégica para 2030, conforme apresentado no Capítulo 6. Esta nova visão foi desenvolvida em resposta aos ministros governamentais e funcionários responsáveis pela vida selvagem nos estados-membros da EPI que informaram à Fundação que o Conflito Homem-Elefante (HEC na Sigla em Inglês) estava a emergir como uma questão extremamente significativa na conservação dos elefantes.

Dito sem rodeios, o crescimento do Conflito Homem-Elefante ameaça minar o progresso que a EPI tem feito noutras áreas. Mas o Conflito é também um desafio que a EPI enfrenta agora, com a convicção de que o povo africano deve, acima de tudo, usufruir dos benefícios da conservação dos elefantes. Afinal, são eles que correm os maiores riscos.

Em linha com a Visão 2030, a Fundação EPI desenvolveu uma Estratégia para o Conflito Homem-Elefante abrangente em 2021, apoiada pelos estados-membros da EPI, com três pilares; 1) Promover o Diálogo de Alto Nível 2) Viabilizar Soluções Locais e 3) Amplificar as Vozes Africanas. Atingimos progressos rápidos em todas as três frentes, reunindo políticos africanos e importantes profissionais da área numa série de diálogos, com a implementação dos nossos primeiros projectos no terreno e apoiando jornalistas que realizam reportagens sobre o HEC.

A Fundação EPI é um Secretariado pequeno e relativamente modesto. Apenas 13% das suas receitas foram gastas em custos operacionais, conforme descrito no Capítulo 7. Mas como podemos provar que este e os próprios países membros da EPI têm sido eficazes? Podemos ter feito progressos significativos em direcção aos objectivos iniciais da EPI, mas será que isso permitiu o progresso esperado no terreno? Estas são as questões críticas que abordamos no Capítulo 8.

Mostramos que, em termos gerais, as apreensões de marfim e o preço do marfim a nível internacional, bem como os níveis de caça furtiva de elefantes em África, parecem ter diminuído desde o seu pico em 2011-2013. Os fundadores da EPI podem sentir-se

justificados. Os elefantes de África estão numa situação muito menos precária do que em 2014.

Argumentamos, no entanto, que a contribuição da EPI para reduzir a caça furtiva de elefantes foi além de simplesmente ajudar a reduzir os preços do marfim. O encerramento dos mercados nacionais de marfim e a melhoria da segurança das reservas também enviaram uma mensagem pública poderosa, que, combinada com uma melhor aplicação da lei, levou à redução da procura de marfim, à redução da caça furtiva e ao desenvolvimento de práticas éticas, legais e sustentáveis. Nossa teoria da mudança provou ser robusta.

Não há motivos para complacência. As tendências positivas obscurecem diferenças regionais significativas. O comércio de marfim é resiliente e adaptável. Tal como explicamos na nossa Conclusão, a trajetória demográfica de África torna muito provável que a concorrência entre as pessoas e a vida selvagem se torne mais aguda nos próximos anos e décadas. Precisamos encontrar novas formas de mitigar e gerir o HEC. A menos que os próprios Africanos estejam convencidos da importância da conservação dos elefantes e recebam os benefícios, o futuro destes magníficos animais será sombrio.

Em 2014, os membros fundadores da EPI apelaram por um “apoio financeiro e técnico urgente e sustentado” para os estados africanos com distribuição de elefantes. O fardo de conservar os elefantes, protegê-los contra a caça furtiva e o tráfico, e lidar com o HEC, recaí em grande parte sobre os estados africanos de distribuição. O mundo precisa de populações de elefantes saudáveis e dos múltiplos benefícios, serviços e valores que proporcionam, para enfrentar com sucesso as crises ambientais inter-relacionadas das alterações climáticas e da perda de biodiversidade. Alguns dos recursos financeiros significativos que estão agora a fluir para resolver estas crises precisam de ser direccionados para a conservação dos elefantes.

A EPI tem bons motivos para comemorar o final da sua primeira década. Aumentou de cinco para 24 países. Estes abrangem todo o continente e são anglófonos, francófonos e lusófonos. A maior parte dos elefantes africanos, tanto das espécies da savana como da floresta, encontram-se agora em estados-membros da EPI. Além disso, na maioria destes estados-membros, os elefantes estão mais seguros do que estavam em 2014, com várias populações-chave estáveis ou mesmo em aumento. A EPI cumpriu os seus objectivos principais e adaptou-se para enfrentar o desafio emergente do Conflito Homem-Elefante, que começa agora a receber a atenção nacional e global que merece.

A EPI é uma história de sucesso africana, mas há muitos desafios difíceis, bem como oportunidades estimulantes, que ainda estão por vir.

## John E Scanlon AO

### Director-Geral da Fundação EPI



O curador da Fundação EPI, Ian Craig (à esquerda), e o Director-Geral John Scanlon (no meio) a alimentar um elefante no Santuário de Elefantes de Reteti, no norte do Quênia



## Introdução

A Iniciativa de Protecção do Elefante (EPI) é uma aliança de países africanos, empenhados em conservar os seus elefantes e melhorar os meios de subsistência das pessoas que circunvizinham estes animais.

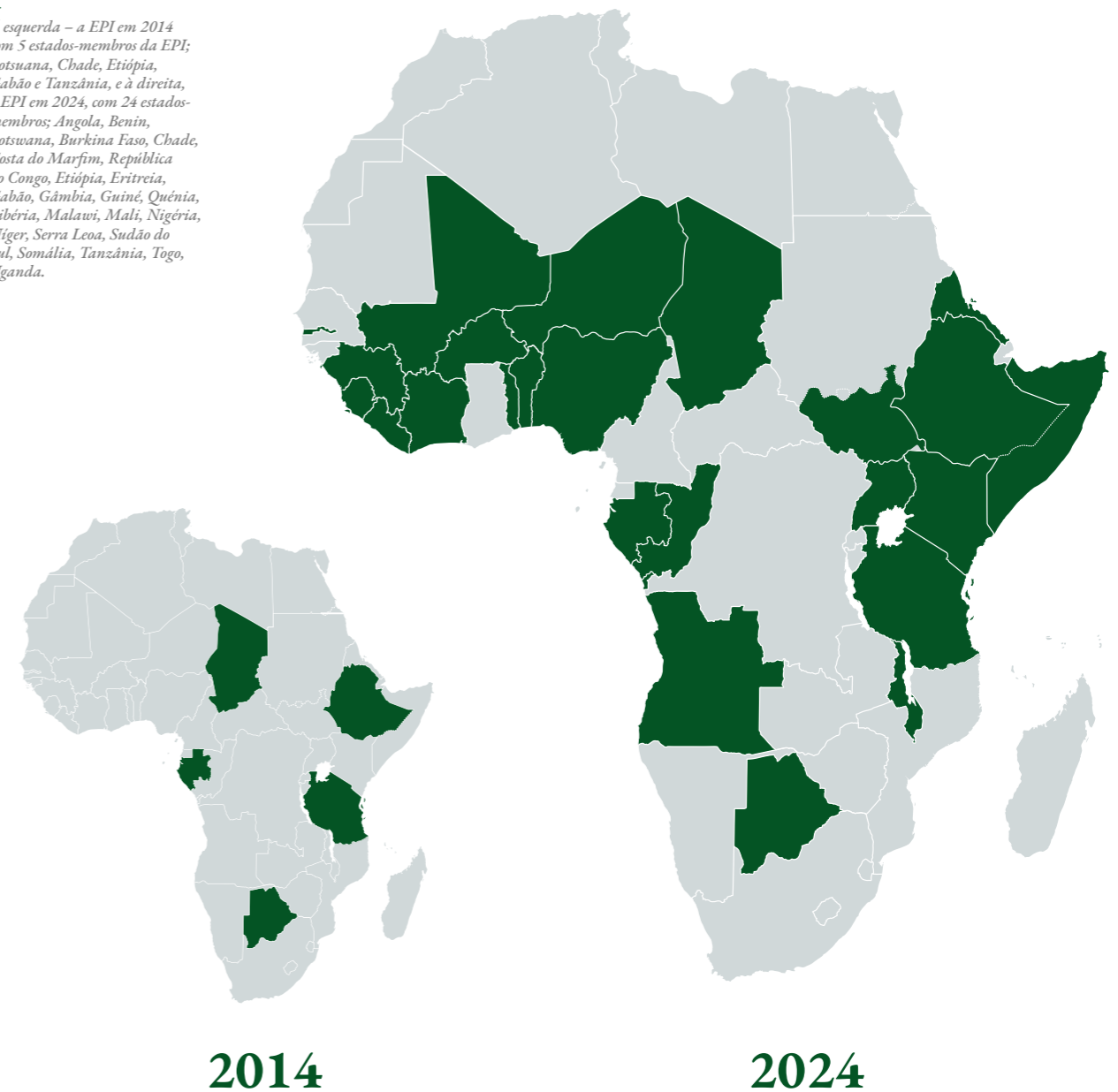
Em Fevereiro de 2014, governos de todo o mundo reuniram-se em Londres para a Conferência sobre o Comércio Ilegal de Vida Selvagem, presidida pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, William Hague. Foi uma época de crise na conservação dos elefantes africanos, à medida que os caçadores furtivos de marfim causavam estragos em todo o continente. Os Presidentes do Botswana, Chade, Gabão e Tanzânia, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, decidiram liderar a resposta de África à crise, formando a Iniciativa de Protecção do Elefante (EPI). Comprometeram-se a observar a moratória sobre o comércio internacional de marfim, encerrar os mercados nacionais de marfim e a retirar as reservas de marfim do uso económico. Posteriormente, comprometeram-se a elaborar Planos de Acção Nacionais para os Elefantes (NEAP), consistentes com o Plano de Acção para o Elefante Africano de 2010, que foi acordado por todos os 37 Estados da Faixa do Elefante Africano.

O Secretariado da EPI, que mais tarde ficou conhecido como a Fundação EPI, também foi lançado em 2014, com o apoio diligente das ONGs Stop Ivory e Conservation International, e com ajuda dos subsídios do governo do Reino Unido e do Banco Mundial. A Fundação EPI é uma instituição de caridade independente registada no Reino Unido, regulamentada pela Comissão de Caridade do Reino Unido.

▶ A formação da EPI, Londres, Fevereiro de 2014, da esquerda para a direita Presidente Idris Deby do Chade, Presidente Jakaya Kikwete da Tanzânia, Presidente Ian Khama do Botswana, Presidente Ali Bongo do Gabão, Ministro dos Negócios Estrangeiros Tedros Adhanom da Etiópia e Secretário dos Negócios Estrangeiros William Hague do Reino Unido.



▶ À esquerda – a EPI em 2014 com 5 estados-membros da EPI; Botswana, Chade, Etiópia, Gabão e Tanzânia, e à direita, a EPI em 2024, com 24 estados-membros; Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, República do Congo, Etiópia, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Guiné, Quênia, Libéria, Malawi, Mali, Nigéria, Niger, Serra Leoa, Sudão do Sul, Somália, Tanzânia, Togo, Uganda.





▲ Príncipe William com a Dra. Winnie Kiiru da Fundação EPI na Conferência da EPI sobre Comércio Ilegal de Vida Selvagem, Londres, 2018, fotografia da EPI



▲ Príncipe William, no evento da EPI, Conferência sobre o Comércio Ilegal de Vida Selvagem Ilegal, Londres 2018.

**"A EPI representa esperança... esperança de que as nossas crianças e as gerações futuras tenham a oportunidade de observar elefantes no mundo, coexistindo com as comunidades locais, que têm interesse em protegê-los e os seus habitats."**

Prince William

### Como funciona a EPI

A EPI pertence aos seus estados-membros. Estes decidem colectivamente os regulamentos através do Conselho de Ministros da EPI. Cada governo parte da EPI nomeia um Ponto Focal Nacional (NFP), normalmente um alto funcionário do sector da vida selvagem, que faz a ligação com a Fundação EPI no concernente às políticas e projectos.

A Fundação EPI tem apenas uma dúzia de funcionários e consultores, baseados em África e na Europa. Tem o seu próprio conselho, composto pelos principais conservacionistas africanos e internacionais, e recebe assessoria e orientação do Conselho de Liderança da EPI. Este é composto por eminentes africanos, incluindo um antigo chefe de estado, um antigo chefe de governo, antigos ministros do ambiente e uma antiga e actual primeira-dama.

A Fundação EPI viajou pelo mundo para promover a visão e os objectivos da EPI, incluindo no Congresso Mundial de Parques da IUCN em Sydney em 2014, na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, em eventos especiais em Singapura e Hong Kong, no Comércio Ilegal de Vida Selvagem de 2018 Conferência em Londres, na qual chefes de estado e ministros de governo parte da EPI realizaram o seu próprio evento paralelo, e a 15ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica em Montreal em 2022.

### Apoio à EPI

A Stop Ivory e a Conservation International deram apoio essencial às principais actividades da Fundação EPI. O financiamento do projecto veio dos governos do Reino Unido e dos EUA, do Banco Mundial, de entidades filantrópicas privadas, etc. Para uma lista mais completa dos nossos apoiantes e doadores, consulte os Agradecimentos.

### Os Parceiros da EPI

Mais de 40 organizações internacionais líderes prometeram o seu apoio à EPI. Estes são os parceiros da EPI. A Fundação EPI beneficia-se da experiência destas organizações e ajuda a conectá-las aos estados-membros. Por favor, veja a lista completa dos parceiros da EPI nos Agradecimentos e Aqui.

## Estudos de Pontos Focais Nacionais



### República da Costa do Marfim

A Costa do Marfim aderiu à EPI em 2017, desde então a Fundação EPI tem trabalhado em estreita colaboração com a Coronel Salimata Kone, que é a Directora do Departamento de Vida Selvagem e Recursos de Caça no Ministério de Águas e Florestas.

“O apoio da Fundação EPI tem sido essencial para a Costa do Marfim. Juntos, fortalecemos as infraestruturas, bem como a comunicação e a confiança entre as agências responsáveis pela aplicação da lei. O apoio da Fundação EPI permitiu-nos melhorar a segurança de um novo armazém central de marfim, construir três outros depósitos de marfim, preparar e validar os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para a gestão de marfim e outros produtos apreendidos para todas as agências de aplicação da lei, e capacitar oficiais no uso desses POPs.”



Coronel Salimata Kone



### Quénia

O Quénia aderiu à EPI em 2015, com o Dr. Erustus Kanga como nosso Ponto Focal Nacional. Na sua função actual como Administrador e Director-geral do Serviço de vida Selvagem do Quénia (KWS), é responsável pela gestão diária do KWS, bem como pela liderança e implementação dos seus objectivos estratégicos.

“Trabalhar com a EPI ao longo dos últimos 9 anos permitiu ao Quénia realizar progressos importantes na conservação dos elefantes. Durante a nossa parceria, destruímos 105 toneladas de marfim de elefante e 1,4 toneladas de chifres de rinoceronte, dissuadindo com sucesso os caçadores furtivos de obterem ganhos económicos com a venda de produtos da vida selvagem. Juntos, também digitalizámos as reservas de marfim e rinocerontes do Quénia, ao mesmo tempo que impulsionámos o sistema de reservas na CITES, numa tentativa de melhorar os relatórios de conformidade. Mais recentemente, estabelecemos uma parceria no desenvolvimento do Plano de Acção Nacional para os Elefantes para o Quénia 2022-2032. Esperamos implementar os planos que desenvolvemos e cultivar relações pan-africanas com outros estados-membros da EPI.”



Dr. Erustus Kanga, Director Geral da KWS.

Créditos da fotografia: Serviço de Vida Selvagem do Quénia (KWS)



### Libéria

A Libéria aderiu à EPI em 2015 e, desde então, a Fundação EPI tem trabalhado em estreita colaboração com Blamah Goll, da Agência de Desenvolvimento Florestal, como nosso Ponto Focal Nacional.

“Já passaram quase 10 anos que a Libéria é membro da EPI e acredito que durante esse período fizemos grandes progressos. É maravilhoso fazer parte de uma aliança pan-africana dedicada à conservação dos elefantes. Os colegas da Fundação EPI ajudaram o governo da Libéria a avaliar os procedimentos de armazenamento para o armazenamento de marfim e no desenvolvimento de um Plano de Acção Nacional para os Elefantes (NEAP). Desde 2023, temos trabalhado juntos para tentar garantir uma doação para desenvolver um kit de ferramentas “Padrões Ouro” para melhorar a gestão de reservas de vida selvagem, como o marfim – isso inclui uma ferramenta de avaliação, modelos de Procedimentos Operacionais Padrão, directrizes para infraestrutura de armazenamento e o sistema de gestão de inventários digitais. Estas medidas podem reduzir o comércio ilegal de marfim, a corrupção, o branqueamento de capitais e o furto. Olhando para o futuro, esperamos que a Fundação EPI possa ajudar-nos na gestão do conflito entre homens e elefantes, que é um problema crescente na Libéria.”



Mr. Blamah Goll, Technical Manager at the Forestry Development Authority of Liberia



## Capítulo 1: A Teoria de Mudança da EPI

### O Problema

Desde o seu início, os estados-membros da EPI reconheceram que as ameaças enfrentadas pelos elefantes de África são uma manifestação de um processo muito mais amplo de perda de biodiversidade. Estamos a destruir os ecossistemas que sustentam o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que desde o início da década de 1970, a biodiversidade e os ecossistemas que sustentam toda a vida têm estado em declínio.

Os principais impulsionadores directos da perda de biodiversidade, de acordo com a IPBES (Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos, IPBES, 2019) incluem:

1. **Mudança no uso do mar e da terra:** O maior factor de perda de biodiversidade é a forma como as pessoas utilizam a terra e o mar.
2. **Exploração directa de organismos:** A exploração directa de organismos refere-se à forma como exploramos animais e plantas para obter alimentos e materiais.
3. **Alterações climáticas:** As alterações climáticas estão a ter um impacto dramático no nosso ambiente natural. Algumas espécies estão a desaparecer, enquanto outras têm de se deslocar, devido a alterações nas temperaturas do ar e da água dos oceanos, nos padrões climáticos e no nível do mar.

Os principais impulsionadores indirectos da perda de biodiversidade são a desconexão das pessoas com a natureza e a falta de valor e importância da natureza (IPBES, 2019).

### As causas subjacentes incluem:

- a. Falhas do mercado, em que o preço dos bens e dos serviços ecossistémicos não reflecte a totalidade dos custos de produção.
- b. Falhas políticas, em que as políticas, planos e práticas governamentais e privadas não protegem adequadamente a biodiversidade, e onde o ganho económico a curto prazo é priorizado em detrimento dos benefícios a longo prazo, agravadas por uma distribuição desigual de posse e direitos.
- c. Falhas de governação, em que as regras e leis são aplicadas de forma desigual ou inadequada e a corrupção prevalece, resultando numa erosão dos bens públicos.
- d. Falhas de capacidade a nível individual, comunitário, institucional e sistémico, onde a capacidade de identificar e implementar abordagens à biodiversidade e à conservação dos ecossistemas é limitada pelo acesso insuficiente ao conhecimento, às tecnologias e ao financiamento necessários para sustentar e fortalecer os meios de subsistência.



Todos estes factores e causas subjacentes afectam os elefantes de África, mas foi o abate ilegal de elefantes para o comércio internacional de marfim que levou a uma exploração exagerada e dramática da espécie e que ainda ameaça a sua sobrevivência a longo prazo. No entanto, durante a última década, a perda de habitat eclipsou indiscutivelmente a caça furtiva como a ameaça mais importante para os elefantes. Devido ao rápido crescimento da população humana e ao crescimento económico, os assentamentos e infraestruturas relacionadas estão a expandir-se e o habitat da vida selvagem está a ser convertido em terras agrícolas ou pastagens para o gado. As rotas de migração dos elefantes estão a ser cortadas, as áreas de dispersão fragmentadas e a conectividade perdida. À medida que as pessoas e os elefantes competem por terras e recursos naturais cada vez mais escassos, o conflito homem-elefante (HEC) tem aumentado, por vezes resultando na morte ou ferimentos de pessoas e na matança retaliatória de elefantes.



Reserva de marfim  
KWS, Quênia, Martin  
Middlebrook



## A Solução

A Conferência de Londres sobre o Comércio Ilegal de Vida Selvagem, em 2014, reconheceu que o comércio ilegal de vida selvagem e a caça furtiva associada atingiram níveis sem precedentes. A Conferência de Londres teve como objectivo inverter o crescimento do comércio ilegal, nomeadamente através de medidas para erradicar os mercados ilícitos, assegurando quadros jurídicos e dissuasores eficazes e reforçando a aplicação e o apoio a meios de subsistência sustentáveis e ao desenvolvimento económico. A Conferência de Londres reconheceu que o comércio ilegal só poderia ser eficazmente combatido se tanto o lado da procura como o da oferta fossem abordados.

Conforme explicado na Introdução, a EPI foi estabelecida durante esta conferência, com quatro objectivos:

- ◊ Manter a moratória internacional de 1989 sobre o comércio de marfim durante pelo menos 10 anos e posteriormente até que as populações de elefantes deixem de estar ameaçadas
- ◊ Encerrar os mercados nacionais de marfim
- ◊ Implementar o Plano de Acção para o Elefante Africano de 2010.
- ◊ Retirar as reservas de marfim do uso comercial



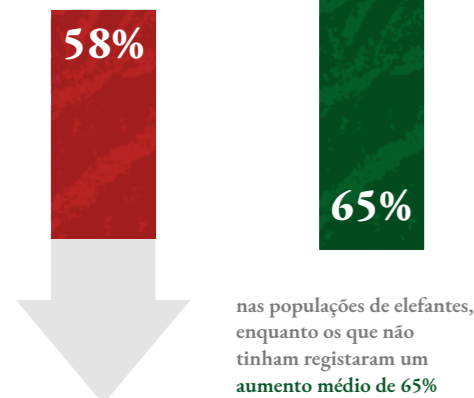
## A Teoria de Mudança da EPI para o Tráfico de Marfim

A Teoria de Mudança aqui descrita é uma abordagem holística para abordar o tráfico de marfim, abrangendo estratégias como a manutenção da moratória internacional sobre as transacções comerciais de marfim, o encerramento dos mercados nacionais de marfim e a prevenção da utilização económica das reservas de marfim. O objectivo é perturbar toda a cadeia de abastecimento e reforçar as medidas de aplicação, o que, combinado com uma maior sensibilização e mudanças culturais, acabará por conduzir a um declínio significativo na procura, resultando no colapso dos preços globais do marfim e, conseqüentemente, numa redução na caça furtiva.

**A proibição internacional das transacções comerciais de marfim** constitui a base para o encerramento dos mercados nacionais e ajuda a reforçar os quadros jurídicos e os sistemas de sanções, ao mesmo tempo que melhora a aplicação colaborativa entre os países ao longo de toda a cadeia de valor do marfim. Por outras palavras, reforça a dissuasão do lado da oferta do comércio. Além disso, a proibição internacional envia uma mensagem forte ao público – mantendo e aumentando a sensibilização e criando pressão social – afectando assim também o lado da procura no comércio. A proibição pode ser difícil de aplicar, mas as provas de que funcionou na redução da procura de marfim foram bem documentadas, sendo o declínio do mercado de marfim no Japão um dos melhores exemplos (Thomas-Walters et al., 2023).

Os mercados nacionais de marfim, independentemente da sua legalidade, proporcionam aos caçadores furtivos e a outros intervenientes na cadeia de valor oportunidades de comprar e vender marfim sem supervisão. Entre 1989 e 2007, os estados onde existem elefantes com mercados domésticos de marfim registaram, em média, um declínio de 58% nas populações de elefantes, enquanto os que não tinham registaram um aumento médio de 65% (Lemieux & Clarke, 2009). Mesmo a presença de um mercado interno único de marfim numa determinada região tende a estimular a caça furtiva e o tráfico

os estados onde existem elefantes com mercados domésticos de marfim registaram, em média, um **declínio de 58%** nas populações de elefantes



nas populações de elefantes, enquanto os que não tinham registaram um **aumento médio de 65%**

de marfim nos países vizinhos. Assim, o encerramento dos mercados nacionais de marfim é um passo importante na redução da caça furtiva de elefantes e do tráfico de marfim, mas deve ser acompanhado pelo reforço das leis e sanções relativas à vida selvagem. Sem dissuasão suficiente, o comércio de marfim passa despercebido.

#### Retirar as reservas de marfim das actividades económicas

faz parte de uma estratégia mais ampla para abordar as causas profundas da caça furtiva de elefantes e do tráfico de marfim. As vendas dos produtos das reservas perpetuam a procura de marfim e contribuem assim para o declínio das populações de elefantes. Se conseguirmos impedir que o marfim seja armazenado fora do mercado, também encorajaremos o desenvolvimento de práticas éticas, legais e sustentáveis, e de fontes alternativas de rendimento para as comunidades até agora envolvidas no comércio de marfim.

A destruição das reservas de marfim está alinhada com as leis e acordos internacionais, mais particularmente a CITES, que proíbe o comércio legal internacional de marfim (Scanlon et al., 2023). Além disso, a destruição do marfim confiscado (Resolução Conf. 17.8 da CITES) envia uma mensagem forte de que a comunidade internacional condena a caça furtiva e o comércio de marfim. Embora seja pouco provável que isto desencoraje os caçadores furtivos e os traficantes, pelo menos aumenta a sensibilização do público, afectando assim o lado da procura do comércio. Informa o público sobre a situação dos elefantes e as consequências do comércio ilegal, ao mesmo tempo que estimula discussões sobre a importância da conservação e a necessidade de proteger as espécies ameaçadas<sup>1</sup>.

O objectivo dos **Planos de Acção Nacionais para os Elefantes (NEAP)** é ajudar os estados-membros da EPI a identificar e priorizar acções para proteger, gerir e monitorizar os seus elefantes, em linha com o Plano de Acção para o Elefante Africano (AEAP). Os NEAP pretendem apresentar um corpo de trabalho coeso e abrangente necessário para conservar os elefantes de um estado de distribuição. Isto inclui a redução da caça furtiva e do comércio ilícito de marfim (Objetivo 3 do AEAP revisto para 2023) e o reforço da colaboração internacional para melhorar a aplicação da lei ao longo de toda a cadeia de valor do marfim (Objetivo 6 do AEAP), uma melhor cooperação e colaboração com as comunidades (Objetivo 7) e minimização do conflito entre homens e elefantes (Objetivo 1). Assim, o NEAP é uma ferramenta abrangente para reduzir tanto a oferta como a procura no comércio de marfim.

Por último, mas não menos importante, está o objectivo da EPI **de mitigar e reduzir o conflito entre homens e elefantes (HEC)** nos nossos estados-membros, de facilitar a coexistência entre pessoas e elefantes, prevenir a morte ou ferimentos nas pessoas, e reduzir a matança retaliatória de elefantes e a caça furtiva, bem como fomentar uma mudança positiva nas atitudes em relação à conservação dos elefantes.

Esta teoria abrangente de mudança visa abordar o tráfico de marfim através de uma abordagem multifacetada, reconhecendo a interligação da oferta e da procura, a importância da cooperação internacional e da acção nacional, e a necessidade de esforços sustentados em todos os sectores para proteger os elefantes e os seus habitats.





## Capítulo 2: Cumprimento da Proibição Internacional do Comércio de Marfim

▲ Estados-membros e o Secretariado da EPI na CoP18 da CITES, Genebra, 2019

Em 2014, os países membros da EPI concordaram que a moratória sobre o comércio internacional de marfim, introduzida pela primeira vez pela CITES em 1989, deveria ser observada durante um mínimo de mais 10 anos e “depois disso, até que as populações de elefantes africanos não estejam mais ameaçadas”. Oportunidade perfeita para avaliar o desempenho da EPI num dos seus principais objectivos.

As vendas pontuais de marfim permitidas pela CITES em 1999 e, especialmente, em 2007, foram seguidas por aumentos significativos na caça furtiva de elefantes em África. Durante a última década, os países membros da EPI resistiram com sucesso às tentativas de pôr fim à moratória. Em cada uma das reuniões da Conferência das Partes (CoP) da CITES durante a última década, os países da África Austral procuraram aliviar as restrições ao comércio internacional de marfim. Argumentavam que um comércio de marfim bem regulamentado ajudaria a financiar os seus esforços de conservação. Durante a CoP 17 em Joanesburgo, em 2016, as propostas da Namíbia e do Zimbabwe foram derrotadas, com 100 ou mais países a votarem contra cada proposta e menos de 30 votaram a favor. Na CoP 18 em Genebra, em 2019, propostas semelhantes da Zâmbia e do Botsvana (um membro fundador da EPI que mudou a sua posição sobre o comércio de marfim) sofreram o mesmo destino. Mais uma vez, mais de 100 países votaram contra cada proposta de flexibilização das restrições e menos de 25 votaram a favor.

Finalmente, na CoP 19 no Panamá, em 2022, o Zimbabwe preparou outra proposta para permitir o comércio limitado de marfim. Antes desta proposta ser submetida a votação,

o Zimbabwe alterou-a, eliminando a referência ao marfim, mas incluindo o comércio de couro de elefante, o que também foi rejeitado. Contudo, mais países (53) votaram a favor da proposta do Zimbabwe do que contra (48), com um elevado nível de abstenção (32). (As alterações nas listagens da CITES exigem uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes).

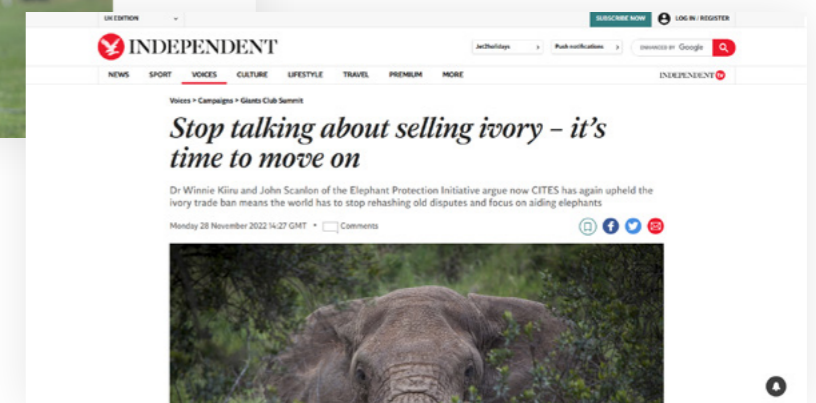
As contrapropostas apresentadas nestas três Conferências das Partes para incluir todas as populações de elefantes africanos no Apêndice I da CITES, proporcionando o seu mais alto nível de protecção, foram igualmente derrotadas. Estas propostas foram apresentadas em diferentes momentos por vários países, incluindo o Quênia, o Uganda, o Gabão e o Burkina Faso. Por exemplo, a proposta mais recente, do Burkina Faso na CoP19, foi apoiada por 44 países, mas rejeitada por 59. (Deve-se notar que das quatro populações de elefantes no Apêndice II da CITES, as listagens incluem anotações juridicamente vinculativas que seu marfim é considerado no Apêndice I, proibindo assim o comércio comercial internacional.)

Em resumo, a preservação da proibição internacional do comércio legal tem sido um dos maiores sucessos da EPI, mesmo que a diplomacia em torno deste tenha sido muitas vezes divisiva. Os países da África Austral continuam a defender a volta do comércio de marfim, mas a maioria dos estados africanos com ocorrência de elefantes acredita que isso levaria a um aumento perigoso da caça furtiva e do contrabando. Qualquer mudança no status quo parece altamente improvável num futuro próximo, mas a história das recentes reuniões da CITES sugere que o debate sobre as vendas de marfim pode continuar a ser uma questão controversa.

A Fundação EPI argumenta que África precisa de mais apoio financeiro internacional para a conservação dos elefantes, em reconhecimento dos múltiplos benefícios que advêm da manutenção de populações de elefantes saudáveis, incluindo os seus muitos serviços ecossistémicos. Em recentes editoriais de jornais - por exemplo 'To save Africa's Elephants we need to look beyond ivory' e 'Stop talking about selling ivory- it's time to move on' - explicámos que África e a comunidade internacional precisam de adoptar uma abordagem mais holística à conservação. Acreditamos que os recursos financeiros que agora fluem para enfrentar as crises inter-relacionadas das alterações climáticas e da perda de biodiversidade apresentam aos países africanos uma oportunidade histórica para se unirem e enfrentarem desafios ambientais comuns.



▼ Dois editoriais recentes sobre a EPI num jornal *Independent*





## Capítulo 3: Encerramento dos Mercados Nacionais de Marfim

Os países membros da EPI estão empenhados em encerrar os mercados nacionais ou internos de marfim como forma de reduzir a caça furtiva de elefantes. Isso ocorre porque os mercados internos:

1. Aumentam a procura de marfim e, assim, são incentivos para que as pessoas obtenham o produto, legal ou ilegalmente.
2. Incentivam as pessoas a armazenarem marfim na esperança de futuras vendas legais.
3. Encobrem o comércio ilegal, onde os infractores encontram formas de transformar marfim ilegal em marfim legal.
4. Tornam a aplicação da lei mais difícil, devido aos quadros jurídicos complexos em torno da posse, compra e venda de marfim.
5. Prejudicam a moratória internacional sobre o comércio legal de marfim.

### Progresso:

Desde 2014, muitos países em todo o mundo tomaram medidas para encerrarem os seus mercados nacionais de marfim. Os estados-membros da EPI e a Fundação EPI desempenharam um papel importante neste processo, através de uma certa influência e apoio.

- ◇ Em 2016, os EUA implementaram uma proibição quase total das transacções comerciais de marfim de elefante.
- ◇ Em 2016, a CITES adoptou alterações a uma resolução que recomendava a todos os países que encerrassem quaisquer mercados domésticos de marfim que pudessem estar a contribuir para a caça furtiva ou o comércio ilegal.
- ◇ Em 2016, a França introduziu uma proibição total de todas as vendas de marfim.
- ◇ Em 2017, a China fechou o seu mercado interno de marfim.
- ◇ A Lei do Marfim do Reino Unido de 2018 – que entrou em vigor em 2022 – implementou uma proibição estrita da venda de marfim, com isenções limitadas. Em 2023, o governo do Reino Unido anunciou a sua intenção de alargar a Lei do Marfim para abranger hipopótamos, morsas e várias espécies de baleias.
- ◇ Em 2020, Taiwan aplicou uma proibição às vendas internas de marfim, mantendo excepções para produtos de marfim designados como antiguidades. A Nova Zelândia também fechou o seu mercado doméstico de marfim em 2020.
- ◇ Em 2021, Hong Kong e Singapura fecharam os seus mercados domésticos de marfim.
- ◇ A União Europeia (EU) actualizou as suas restrições ao comércio de marfim em 2021. Estas orientações não eram juridicamente vinculativas e cabiam a cada estado-membro implementá-las. No entanto, em 2022, a UE publicou novas medidas para proibir a maior parte do comércio de marfim. As excepções são antiguidades e instrumentos musicais contendo peças de marfim anteriores a 1975.
- ◇ Em 2023, o Canadá anunciou a proibição da venda de marfim.



## Em África:

Em 2015, 22 Estados Africanos com ocorrência de elefantes adoptaram a Declaração de Cotonou apelando ao encerramento dos mercados nacionais de marfim. Ao longo da última década, os estados-membros da EPI revisaram e reforçaram as leis para proteger a vida selvagem e encerrar os mercados nacionais de marfim, embora alguns tenham lacunas que potencialmente permitem que o marfim ilegal seja branqueado e se torne legal. Essas lacunas precisam ser reduzidas e colmatadas.

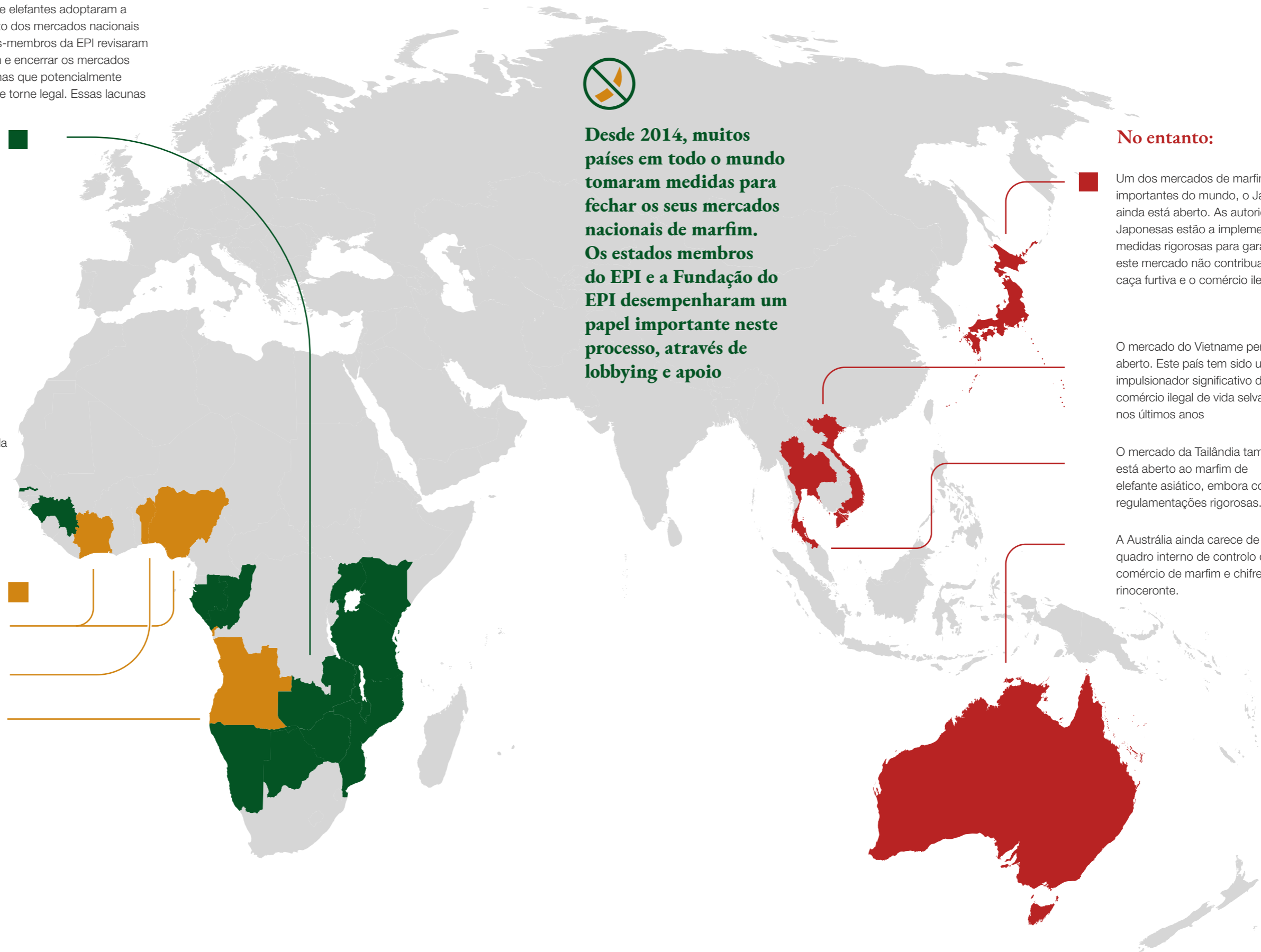
Entre 2015 e 2018, um projecto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e executado pelo Conselho de Conservação das Nações (CCN), facilitou legisladores em Botswana, Gabão, Quênia, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue a criarem convenções parlamentares de conservação para promoverem reformas nas leis sobre a vida selvagem. O projecto teve como objectivo aumentar a capacidade e a vontade dos decisores políticos para avaliar e abordar a caça furtiva e o comércio ilegal de vida selvagem aos mais altos níveis do governo. Em cada um destes países foi, ou deverá ser, aprovada a legislação que reforça as sanções contra a caça furtiva.

Como parte do Programa de Legislação Nacional da CITES, o Botswana, o Congo, a Gâmbia, a Guiné e o Quênia estão a rever as suas leis para apoiar a implementação dos regulamentos da CITES nos seus respectivos países.

A Costa do Marfim e a Nigéria estão em processo de revisão e reforço das leis sobre a vida selvagem

O Benim está a rever o seu código florestal, o que reforçará a protecção dos elefantes

Angola emendou a sua lei sobre a vida selvagem em 2016.



**Desde 2014, muitos países em todo o mundo tomaram medidas para fechar os seus mercados nacionais de marfim. Os estados membros do EPI e a Fundação do EPI desempenharam um papel importante neste processo, através de lobbying e apoio**

### No entanto:

Um dos mercados de marfim mais importantes do mundo, o Japão, ainda está aberto. As autoridades Japonesas estão a implementar medidas rigorosas para garantir que este mercado não contribua para a caça furtiva e o comércio ilegal.

O mercado do Vietname permanece aberto. Este país tem sido um impulsionador significativo do comércio ilegal de vida selvagem nos últimos anos

O mercado da Tailândia também está aberto ao marfim de elefante asiático, embora com regulamentações rigorosas.

A Austrália ainda carece de um quadro interno de controlo do comércio de marfim e chifres de rinoceronte.



Angola, 2022, Tommy Trenchard

## Capítulo 4: Retirada do Marfim das Actividades Económicas

Os Estados-membros da EPI tentam garantir que os marfins nas suas reservas não entrem para o comércio ilegal de vida selvagem, seja mantendo-os sob custódia ou eliminando-os permanentemente. Mas para conseguir isso, a Fundação EPI precisa primeiro trabalhar com os países para ajudá-los a saber onde estão as reservas e o que contêm exactamente. Durante a última década, a Fundação EPI desenvolveu diversas ferramentas para ajudar os países a alcançar estes objectivos, com resultados notáveis.



Kiprotich Biwott, Gerente do Sistema de Gestão de Reservas, Ruth Musgrave, Directora de Gestão de Reservas, Coronel Salimata Kone, na Costa do Marfim 2022.



Destrução da reserva de marfim da Nigéria.

Destrução da reserva de marfim da Nigéria, Abuja, Janeiro de 2024, apoiado e financiado pela Fundação EPI.

### Melhoria da gestão das reservas de marfim através de inventário e responsabilização

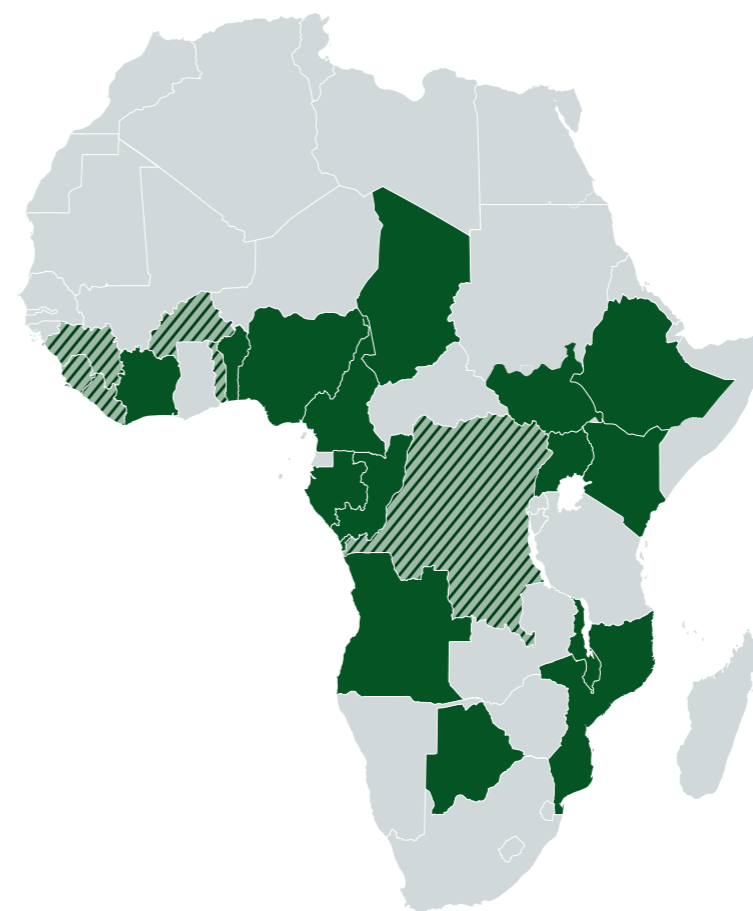
Em 2014 a EPI desenvolveu o Sistema de Gestão de Reservas (SMS), um protocolo digital e aplicativo de inventariação. O SMS foi lançado na Etiópia e já é utilizado por 15 países. Outros seis planeiam começar a usá-lo em 2024.

O SMS tem feito sucesso porque é simples e fácil de usar. Fornece aos gestores dos armazéns ou depósitos um inventário digital (não apenas de marfim, mas também de outros produtos da vida selvagem, como escamas de pangolim, chifres de rinoceronte e ossos de leão) e permite que a sede aceda os mesmos dados em tempo real, melhorando assim a gestão e a elaboração de relatórios em conformidade com as Recomendações da CITES.

Já é utilizado por

**15**  
países

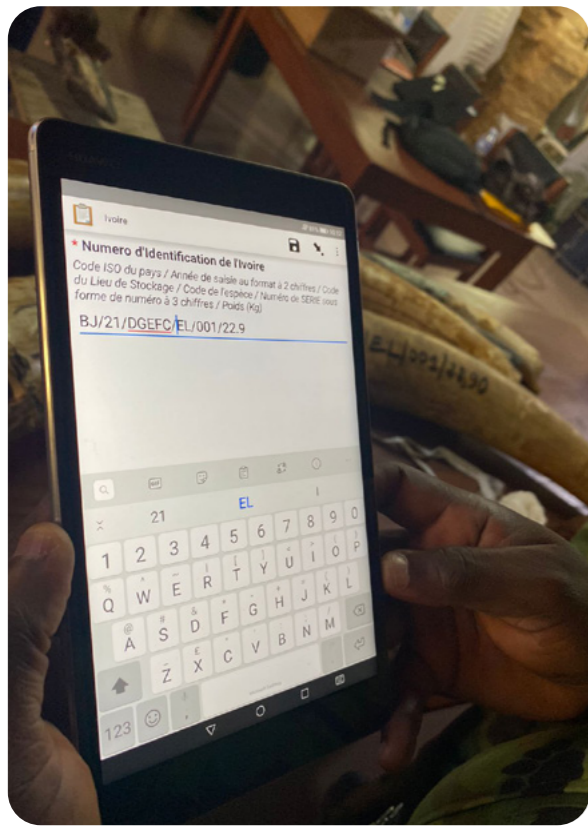
Outros seis planeiam começar a usá-lo em 2024



Países africanos que utilizam o SMS

- Angola
- Benim
- Botsuana
- Camarões
- Chade
- República do Congo
- Costa do Marfim
- Etiópia
- Gabão
- Quénia
- Malawi
- Moçambique
- Nigéria
- Sudão do Sul
- Uganda
- Burkina Faso
- Guiné
- RDC
- Libéria
- Serra Leoa
- Togo

Os países que deverão adoptar o SMS em 2024 são



▲ Entrada de dados no SMS, Benim, 2023

▲ Inventário de Marfim, Nigéria 2022

## A Fundação EPI realizou mais

de **55** cursos de formação em SMS

envolvendo

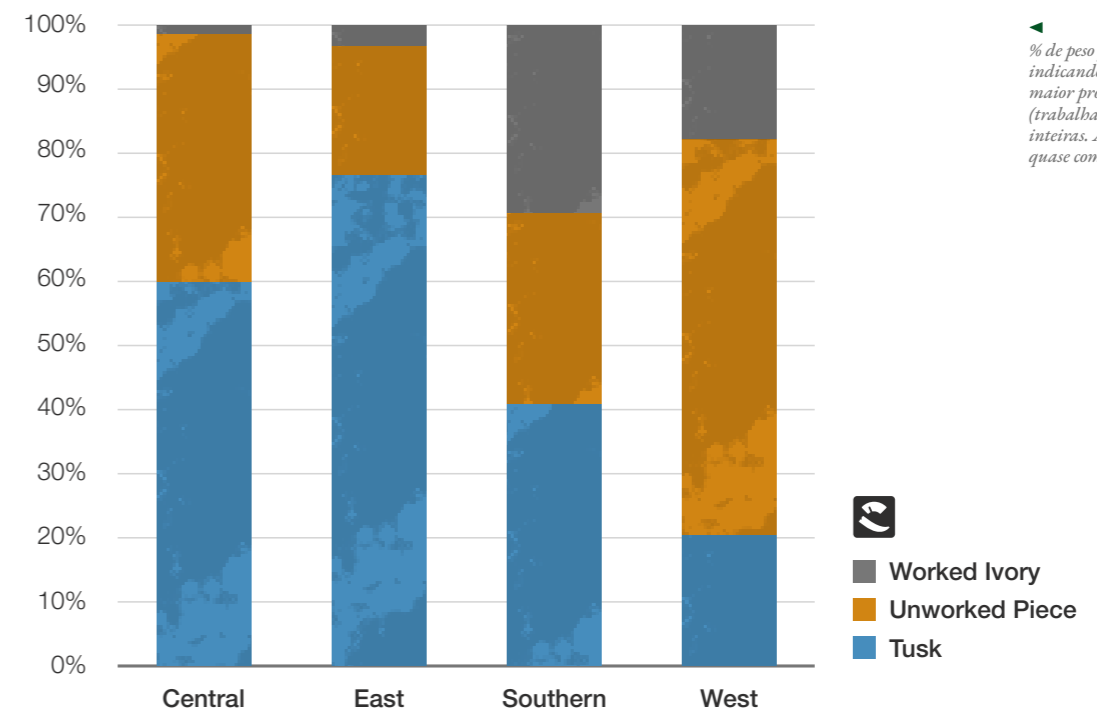
**1149** participantes.

A Fundação EPI fornece o equipamento SMS e formação inicial, mas a nossa ambição é que os governos se tornem autónomos. O Botswana e o Quênia, países com populações-chave de elefantes, são ambos exemplos encorajadores de onde o SMS está totalmente operacional e onde os departamentos responsáveis pela vida selvagem não necessitaram de apoio adicional após a nossa formação inicial.

A Fundação EPI realizou mais de 55 cursos de formação em SMS, envolvendo 1149 participantes. Quase todos estes participantes – 93% – eram funcionários públicos e o restante pertenciam a ONG. Oitenta e cinco por cento eram homens e 15% mulheres. Distribuímos mais de 250 tablets para manutenção das reservas.

Ao longo da última década, os países membros da EPI inventariaram pelo menos 446.000 kg de marfim. Isto representa mais de metade de todo o marfim armazenado em África que foi reportado à CITES. (446.000 kg de marfim equivalem aproximadamente a 95.500 elefantes, com base no peso médio da presa inteira por país e no peso total do marfim inventariado.)

Destes, cerca de 79% consistem em presas inteiras, 15% são pedaços de presas não trabalhadas e 6% são marfim trabalhado ou esculpido. Mais de dois terços - 69% - do peso total do marfim que inventariamos é registado como proveniente de actividades ilegais, 19% é resultado de mortes legais ou naturais e 12% é de origem desconhecida.



▲ % de peso por tipo de marfim e por região – indicando que a África Ocidental tem uma maior proporção de peças mais pequenas (trabalhadas ou em bruto) do que presas inteiras. A África Oriental possui presas quase completamente inteiras.



**Ao longo da última década, os países membros da EPI inventariaram pelo menos 446.000 kg de marfim. Isto representa mais de metade de todo o marfim armazenado em África que foi reportado à CITES. (446.000 kg de marfim equivalem aproximadamente a 95.500 elefantes, com base no peso médio da presa inteira por país e no peso total do marfim inventariado.)**

▲ Kip Biwott, da Bityarn Consult, parceira da EPI, corta um pedaço de marfim para análise de ADN, Nigéria, 2022.

Ao realizar inventários, em países como Angola, Quênia, Malawi, Nigéria e Sudão do Sul, demos formação aos departamentos responsáveis pela vida selvagem sobre amostras de ADN de marfim e trabalhamos com peritos forenses - incluindo da Universidade de Washington e do TRACE - que podem utilizar essas amostras para obter informações sobre as origens do marfim.

Também apoiámos governos – Malawi, por exemplo - a centralizarem as suas reservas de marfim num único local, o que permite maior segurança e transparência.

A Fundação EPI está agora em discussão com países fora de África sobre a possível aplicação do SMS para as suas reservas de produtos de vida selvagem.

## Impacto do SMS

A Fundação EPI notou uma mudança significativa nas atitudes dos funcionários governamentais responsáveis pelas reservas de marfim, após a adopção do SMS. Inicialmente, normalmente encontrávamos incerteza, relutância em comunicar e cautela. Muitas vezes, isso ocorre porque os funcionários não possuem sistemas implementados. Falta-lhes tempo e recursos para aceder às informações e respostas específicas.

Hoje trabalhamos com funcionários que confiam na sua gestão, são francos quanto à sua capacidade e apresentam números exactos. Entendem quais as acções a serem implementadas e onde. Mais países podem cumprir os seus compromissos com a CITES e elaborar relatórios anuais sobre as suas reservas. O Benim, por exemplo, foi um dos cinco países capazes de reportar as suas reservas de marfim à CITES pela primeira



▲ *Inventário de Marfim do Sudão do Sul*

vez em 2022 ou 2023. O Sudão do Sul, que não é membro da CITES, apresenta relatórios todos os anos. Nosso trabalho foi reconhecido e complementado durante as discussões plenárias da CITES. Apresentamos as nossas ferramentas em eventos da CITES e partilhamos regularmente conhecimentos e conselhos com os nossos parceiros. O SMS faz parte do website da CITES.

Mas ainda podemos melhorar. Gostaríamos que mais países adoptassem o SMS e gostaríamos de expandir a sua utilização a mais departamentos governamentais que detêm produtos de vida selvagem, garantindo maior transparência e responsabilização a partir do momento em que os produtos chegam à custódia oficial.

## Estudo de caso do uso do SMS no Benim



**Colonel Rémi Hefoume:** “Ao aderir à EPI em 2020, o Benim conseguiu estabelecer um sistema de gestão seguro e transparente para as suas reservas de marfim e outros produtos da vida selvagem. Durante os últimos quatro anos, a EPI, com o apoio dos doadores, investiu milhares de dólares, permitindo-nos desenvolver e adoptar procedimentos operacionais padronizados, obter equipamentos apropriados, estabelecer instalações de armazenamento ou depósitos secundários e implementar o SMS. Temos agora um armazém central que cumpre os requisitos dos “Padrões Ouro” da EPI.

O empenho da equipa da Fundação EPI, em colaboração com os meus colegas, tem sido crucial. O Benim dispõe agora de um sistema claro para facilitar a apresentação

regular de relatórios à CITES. O apoio da EPI começou no nosso armazém central e expandiu-se com sucesso para os nossos dois parques nacionais. Estamos actualmente a trabalhar com todas as unidades de inspecção florestal do país para garantir as suas reservas.

Esperamos que nos próximos meses, com o apoio da Fundação EPI, estendamos o nosso trabalho aos tribunais, às alfândegas e à polícia. Esperamos também aprofundar a cooperação com a Fundação EPI, trabalhando no conflito entre homens e elefantes e num Plano de Acção Nacional para os Elefantes.”



▲ *Capacitação dos guardas-florestais em SMS, Parque Nacional W, Benin, 2023, Benin, 2023*

▲ *Ulysee Korogone, da Fundação EPI, fazendo inventário de marfim, Parque Nacional W, Benin, 2022*

▼ *Colonel Rémi Hefoume, Director Geral das Águas, Florestas e Caça na República do Benin*







**‘Perder os nossos elefantes seria perder uma parte fundamental da nossa herança, e simplesmente não permitiremos isso... para nós, o marfim não vale nada a menos que esteja nos nossos elefantes.’**

*Sua Excelência Uhuru Kenyatta, Antigo Presidente do Quênia*

## Segurança das reservas de marfim

As reservas de marfim são um fardo para os governos. Os funcionários responsáveis pelos armazéns têm enormes responsabilidades. Correm o risco de serem atacados durante roubos, de serem corrompidos por sindicatos criminosos e de perderem os seus empregos e/ou serem processados no caso de extravio dos produtos. A Fundação EPI concluiu que, depois dos países terem adoptado o SMS e terem melhorado os seus inventários, estavam muitas vezes interessados em reforçar a gestão global das suas reservas, evitando assim que os produtos voltassem para o comércio ilegal.

### Padrões Ouro

Em 2016, lançámos os “Padrões Ouro para a Gestão do Marfim e Outros Produtos de Vida Selvagem”, destinados a garantir o armazenamento seguro, transparente e eficiente de artigos contrabandeados sob custódia do governo. O conjunto de ferramentas Padrões Ouro da EPI inclui: uma ferramenta de avaliação (Excel ou uma aplicação personalizada) para facilitar a compreensão sobre como a gestão de armazéns precisa de ser reforçada, Procedimentos Operacionais Padrão que os países adaptam às suas necessidades e designs de armazéns ou depósitos.

Com financiamento do governo do Reino Unido através do DEFRA, e do governo dos EUA através do INL e USFWS, realizamos:

#### Avaliações:

◊ Em 11 países – Angola, Benim, Camarões, Costa do Marfim, RDC, Etiópia, Gabão, Malawi, Moçambique, Nigéria e Uganda – avaliámos 90 armazéns, para compreender as necessidades de melhoria e reforço. Em todos estes países, os funcionários debatem-se com a falta de recursos. Encontrámos os seguintes problemas:

- ◊ Falta de instalações de armazenamento.
- ◊ Instalações de armazenamento inadequadas.
- ◊ Falta de protocolos de acesso e manutenção de registos nos depósitos.
- ◊ Pessoal ineficaz, funções e responsabilidades mal definidas.
- ◊ Registos desorganizados.

#### Melhorias:

- ◊ A Fundação EPI melhorou 12 armazéns centrais e 42 armazéns de campo – introduzindo estruturas seguras, tais como contentores de transporte, bem como sistemas de vídeo vigilância (CCTV), vedações, prateleiras específicas e cacifos.
- ◊ Desenvolvemos 12 Procedimentos Operacionais Padrão para gestão dos depósitos em 10 países.
- ◊ Capacitámos 300 pessoas nesses procedimentos.
- ◊ Oferecemos mentoria de acompanhamento - remota e pessoalmente - para os gestores dos armazéns.

#### Impacto:

- ◊ Os países têm reservas mais seguras e geridas de forma transparente. Reduziram os furtos e perdas e correm menos risco de corrupção. Melhoraram o tratamento de provas, permitindo processos criminais.
- ◊ Realizámos 13 auditorias em 10 países, com resultados consistentemente tranquilizadores.
- ◊ O Gabão, Uganda e Malawi estão a desenvolver Laboratórios Forenses de Vida Selvagem.
- ◊ O Benim introduziu o marcador forense, SMARTWATER, no seu armazém central. Esta é uma ferramenta adicional na segurança do estoque.



### Destruição das Reservas

Apoiamos os países na tomada das suas próprias decisões soberanas sobre como gerir as suas reservas; armazenar ou destruir. Elogiamos Angola, o Chade, a República do Congo, a Etiópia, o Quênia e a Nigéria por terem levado a cabo destruições de marfim durante a última década. Estes estados-membros da EPI eliminaram um total combinado de mais de 120.000 kg de marfim, bem como outros produtos, como escamas de pangolim. Ao destruir estes produtos, reduziram os riscos de roubo e corrupção, bem como os custos de armazenamento, e evitaram que este marfim fosse utilizado no comércio ilegal de vida selvagem. Além disso, enviaram uma mensagem ao mundo de que este comércio é inaceitável.

Os estados-membros da EPI, incluindo Angola, Benim, Costa do Marfim e Malawi, estão agora a avaliar as melhores opções a longo prazo para as suas reservas de marfim, incluindo eliminações de rotina.

A Fundação EPI também está a desenvolver projectos de políticas e legislação sobre como melhor gerir as reservas, incluindo através da destruição, ao longo do tempo.

#### Países africanos que utilizam Padrões Ouro para a gestão de armazéns

- Angola
- Benim
- Camarões
- Costa do Marfim
- RDC
- Etiópia
- Gabão
- Malawi
- Moçambique
- Nigéria
- Uganda.



◀ Queima do Marfim no Quênia, 2016, apoiado e financiado pela EPI.

# Estudo de caso: O triunfo da conservação dos elefantes no Malawi: uma abordagem padrão-ouro



**'Faz com que o Malawi cumpra o seu compromisso em termos de obrigações com a CITES e cria a percepção internacional de que o Malawi é sério, mas também transparente, em termos de gestão das reservas sob a sua custódia.'**

*Brighton Kumchedwa, Director, Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem (DNPW)*

O Malawi aderiu à EPI em 2015 e teve grande sucesso na implementação dos "Padrões Ouro" da Fundação EPI.

**Melhoria da infra-estrutura:** A Fundação EPI, com financiamento dos governos do Reino Unido e dos EUA, realizou avaliações de 25 armazéns ou depósitos em todo o país. Posteriormente, sete armazéns foram melhorados com financiamento do governo do Reino Unido, enquanto 10 beneficiaram de financiamento dos EUA. Outra área importante de colaboração tem sido **a centralização e inventariação de marfim**, ajudando assim o Malawi a cumprir os seus requisitos de relatórios anuais à CITES.

**Procedimentos Operacionais Padrão (POPs):** Em colaboração com a TRACE Forensics Network, a Fundação EPI desenvolveu e implementou um Procedimento Operacional Padrão uniforme para a gestão de marfim e outros produtos da vida selvagem em todos os depósitos do Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem (DNPW).

**Capacitação:** Reconhecendo que a implementação eficaz depende de pessoal bem treinado, os oficiais do DNPW receberam formação extensiva sobre os POPs recém-criados.

#### Factores de Sucesso:

- ◇ **Vontade Política:** Os líderes políticos do Malawi deram prioridade à conservação da vida selvagem, dando impulso à promulgação e aplicação de medidas rigorosas.
- ◇ **Parcerias Estratégicas:** As colaborações com organizações internacionais como a Fundação EPI e o apoio do Reino Unido e dos EUA aumentaram a capacidade do Malawi para combater eficazmente o crime contra a vida selvagem.
- ◇ **Envolvimento comunitário:** O Malawi envolveu as comunidades locais nos esforços de conservação, promovendo um sentido de propriedade e gestão do património natural.
- ◇ **Capacitação:** Os investimentos em programas de formação e mentoria capacitaram os funcionários da DNPW com as competências e conhecimentos necessários para fazer cumprir os regulamentos e combater eficazmente os crimes contra a vida selvagem.



◀ *Inventário de Marfim do Malawi, 2022.*

#### Desafios e Direcções Futuras

**Restrições de recursos:** Recursos financeiros e humanos limitados prejudicam os esforços para combater o crime contra a vida selvagem. O apoio contínuo dos parceiros internacionais é crucial.

**Crime Transnacional contra a Vida Selvagem:** O tráfico de vida selvagem é um fenómeno transnacional e só pode ser travado através de esforços coordenados através das fronteiras. O reforço da cooperação regional e dos mecanismos de partilha de informações é essencial para desmantelar as redes criminosas. Em Fevereiro de 2021, o Presidente do Malawi, S.E. Lazarus

McCarthy Chakwera, apelou a um novo acordo internacional para prevenir e combater o tráfico de vida selvagem, called for a new international agreement to prevent and combat wildlife trafficking, sob a forma de um protocolo adicional ao abrigo da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.



◀ *Angola: armazém das reservas, com sistemas de segurança Padrões Ouro implementados. Tommy Trenchard*



## Capítulo 5: Implementação do Plano de Acção para o Elefante Africano

Os estados-membros da EPI estão empenhados em desenvolver e implementar Planos de Acção Nacionais para Elefantes (NEAPs). Estes NEAP fornecem a cada país uma orientação abrangente para a conservação dos elefantes, consistente a nível nacional com o Plano de Acção para o Elefante Africano (AEAP) de 2010 (revisto em 2023), que foi adoptado por todos os 37 estados de distribuição de elefantes africanos em consulta com o Secretariado da CITES e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A Fundação EPI trabalhou em estreita colaboração com os estados-membros para desenvolver os NEAPs. Estes NEAPs abrangem áreas tão diversas como a gestão de conflitos homem-elefante, o envolvimento das comunidades locais na conservação, o planeamento do uso da terra e o combate à caça furtiva e ao comércio ilegal de marfim. (Em 2013, a Comissão Permanente da CITES solicitou que os países identificados como sendo preocupantes pelo seu papel no comércio ilegal de marfim – quer como países de origem, de trânsito ou de procura – desenvolvessem Planos de Acção Nacionais de Marfim, ou NIAPs, e acções estipuladas nestes foram incorporados aos NEAPs.)

Ao longo dos anos, a Fundação EPI desenvolveu vários critérios para os NEAPs. As directrizes revistas mais recentemente (2021) sublinham a importância do planeamento espacial, para minimizar a interface homem-elefante e, assim, reduzir o conflito homem-elefante (HEC), e para manter a conectividade entre os habitats da vida selvagem, apesar da aceleração das alterações climáticas. As directrizes para 2021 também incluem estratégias sobre como financiar a implementação do NEAP e integrar estes planos com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



NEAP Cerimónia de validação, Brazzaville, República do Congo, 2018.



Workshop NEAP no Quênia, 2022, com a Dra. Winnie Kiiru da Fundação EPI, no centro.

Todos os NEAP devem:

- ◇ Ser elaborados com a participação total das autoridades relevantes do país.
- ◇ Alinhar-se com os objectivos do Plano de Acção para o Elefante Africano (AEAP).
- ◇ Ter pelo menos um período de 10 anos.
- ◇ Conter um plano de implementação detalhado a médio prazo, bem como um plano de monitorização e avaliação incluindo metas e indicadores.
- ◇ Identificar acções a longo prazo que sejam necessárias para cumprir os objectivos do NEAP.
- ◇ Ser “INTELIGENTE” (ou seja, específico, mensurável, alcançável, realista e com prazo determinado).
- ◇ Incluir um processo claro para monitorizar a implementação através da nomeação de um Coordenador do NEAP e de uma Comissão Nacional de Coordenação do Plano de Acção para os Elefantes (NEAPCC), conforme estabelecido no nosso manual de 2021, “Quadro de Monitorização e Avaliação para NEAPs”.

Desde 2015,

**11** países africanos

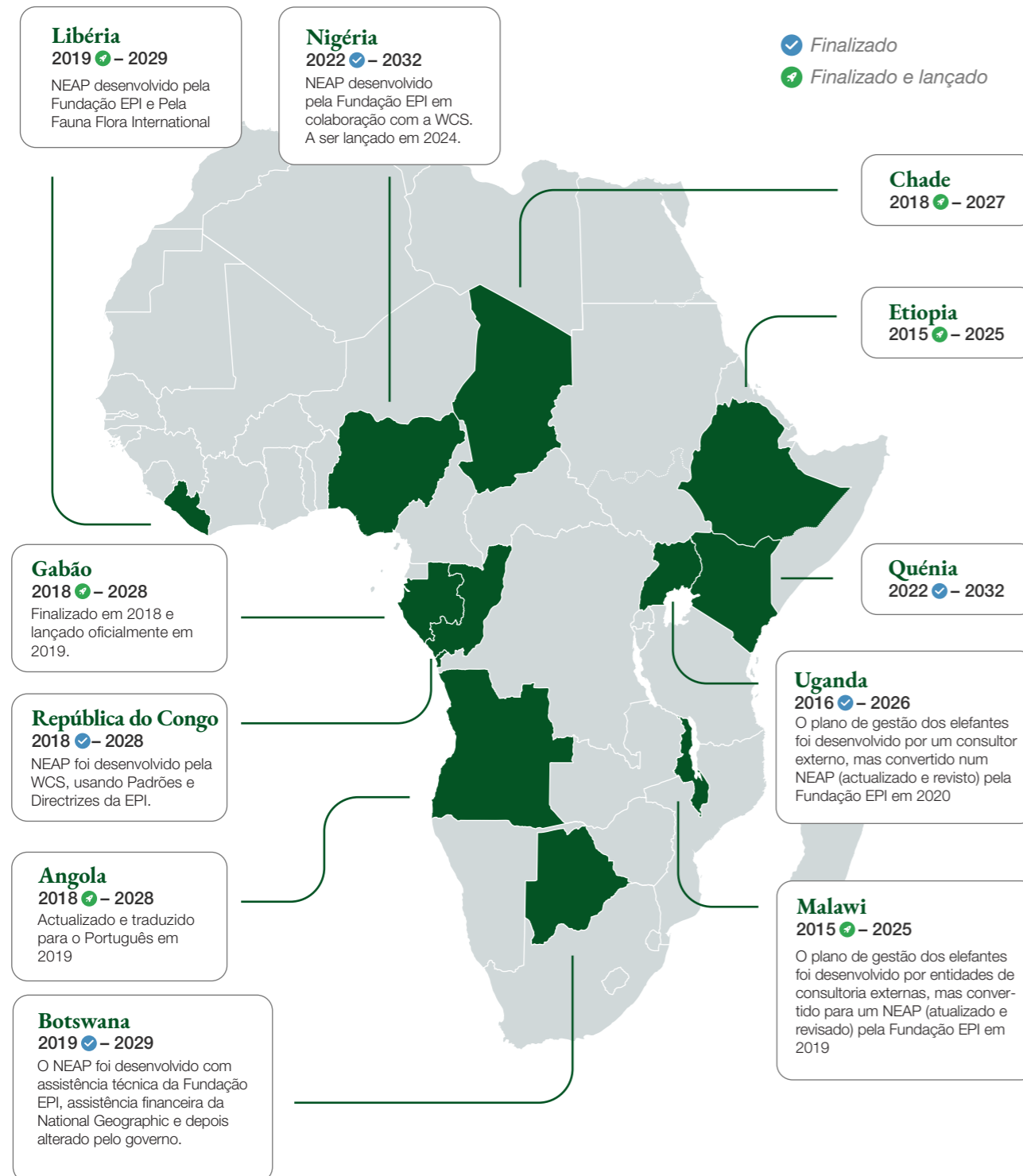
desenvolveram e finalizaram os seus NEAPs, com o apoio da Fundação EPI.

Desde 2015, 11 países africanos desenvolveram e finalizaram os seus NEAPs, com o apoio da Fundação EPI. Isto foi feito através de um processo consultivo, envolvendo workshops, reuniões comunitárias e análises de estratégias e planos existentes.

Estes planos fornecem aos países um modelo para a conservação eficaz e eficiente das suas populações de elefantes. Ajudaram os países a obter fundos externos para a conservação dos elefantes, mas também a atribuir mais dos seus próprios recursos para este objectivo.

▼  
Estados-membros que a EPI apoiou no desenvolvimento e finalização do NEAP: Angola, Botswana, Chade, República do Congo, Etiópia, Gabão, Quênia, Libéria, Malawi, Nigéria e Uganda.

## Estados-Membros com NEAPS apoiados pela EPI





## Capítulo 6: Conflito Homem- Elefante e a Visão 2030

### Visão 2030

Em 2021, em reconhecimento da mudança no panorama da conservação em África e no resto do mundo, a Fundação EPI, em consulta com os estados-membros e o Conselho de Liderança da EPI, lançou a sua Visão 2030. Isto proporcionou a EPI um sentido de orientação actualizado à medida que nos aproximávamos do final da nossa primeira década. A nossa nova visão reconhece que a conservação dos elefantes em África está intrinsecamente ligada às crises climáticas e de biodiversidade. Reconhece também o desafio crescente colocado pelo Conflito Homem-Elefante (HEC) em todo o continente africano.

Do Quênia ao Chade, do Gabão ao Uganda, os elefantes e as pessoas estão em conflito por terras e pela diminuição dos recursos naturais. Os jornais africanos noticiam diariamente este conflito. Infelizmente, há motivos para temer que a situação piore. Em 2000, África era o lar de cerca de 0,82 mil milhões de pessoas. Até 2050, segundo a ONU, este número terá aumentado para cerca de 2,5 mil milhões. Os 22 países do mundo com as taxas de natalidade mais elevadas são africanos (todos são estados onde vivem elefantes, excepto o Burundi e a Gâmbia, que já perderam os seus). Para prosperar, os elefantes precisam percorrer grandes distâncias. Mas todos os dias as pessoas invadem o habitat dos elefantes, que antes não eram perturbados. As rotas migratórias são cortadas, os parques nacionais cercados por terras agrícolas.



▲ Agricultor com campo destruído por um elefante, Libéria 2023.

Tal como este relatório demonstra, a EPI realizou progressos importantes na interrupção do comércio de marfim e na redução da caça furtiva de elefantes. Mas agora precisamos olhar para além do comércio de marfim e enfrentar uma nova realidade: não há futuro para muitos dos elefantes Africanos se não encontrarmos também soluções para esse tipo de conflito. Na verdade, a caça furtiva de marfim e o conflito prosperam frequentemente numa simbiose pouco saudável. Se as comunidades rurais forem hostis aos elefantes, é menos provável que ajudem os governos a deter os caçadores furtivos ou a apoiar outras iniciativas de conservação da vida selvagem.

### Estratégia para o Conflito Homem-Elefante

A Estratégia para o Conflito Homem-Elefante da Fundação EPI, lançada em 2021, baseia-se em três pilares:

#### ◇ Promover o diálogo de alto nível

A Fundação EPI, através dos seus laços com líderes africanos e ligações com doadores, organizações ambientalistas e meios de comunicação internacionais, criará uma plataforma para trazer o conflito entre humanos e elefantes para o primeiro plano das discussões políticas e do desenvolvimento. Acreditamos que facilitar o diálogo de alto nível entre governos, instituições influentes, especialistas e comunidades locais pode ajudar a provocar as mudanças necessárias para desenvolver políticas eficazes e inclusivas que mitiguem, reduzam e previnam o conflito e criem oportunidades para uma coexistência harmoniosa.

#### ◇ Habilitação de soluções locais

A nossa ambição é que a Fundação EPI se torne um parceiro-chave para os governos locais, regionais e nacionais para avaliar, assessorar e implementar estratégias de mitigação e prevenção do Conflito Homem-Elefante onde a necessidade é mais premente. Facilitaremos o uso de tecnologia, medidas de mitigação práticas e específicas ao contexto, adesão política e colaboração das partes interessadas.

#### ◇ Amplificando as vozes africanas

Precisamos de ouvir as vozes daqueles que vivem à margem dos habitats de animais selvagens e das áreas protegidas, pois estão em melhor posição para implementar as soluções de coexistência a longo prazo. A Fundação EPI deve ser uma plataforma para projectar as vozes africanas no concernente ao Conflito.

Estados-membros que a Fundação EPI apoia na mitigação e gestão do HEC



Projecto de Mitigação do Conflito Homem-Elefante até a data:

- Angola
- Etiópia
- Gabão
- Malawi
- Tanzânia

▶ Inauguração da Torre de Vigilância, 2023, Etiópia Chebera-Churchura NP



## Projetos iniciais relacionados com o Conflito Homem-Elefante

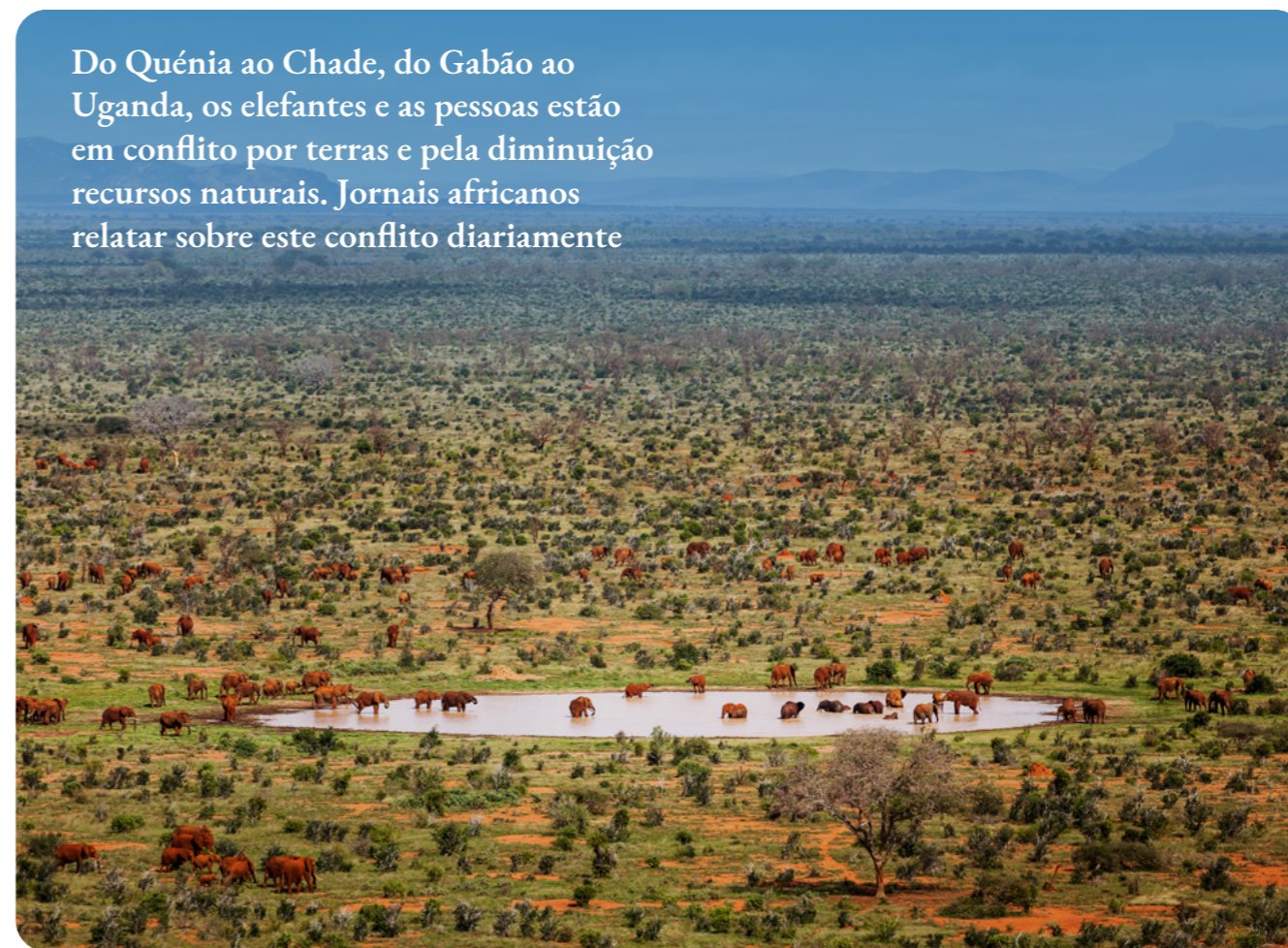
- ◇ **ECF-CCNP - Mitigação de curto prazo do conflito homem-elefante em três comunidades na fronteira noroeste do Parque Nacional Chebera-Churchura (CCNP), Etiópia**
  - ◇ **Datas:** 01 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2023
  - ◇ **País-alvo:** Etiópia
  - ◇ **Metas e Objectivos:** O principal objectivo do projecto era resolver os conflitos entre as comunidades e os elefantes na fronteira noroeste do CCNP. Este objectivo foi concretizado através de três actividades: (1) remoção de esterco, facilitada pelo fornecimento de carrinhos de mão e pás; (2) construção de torres de vigilância; e (3) a distribuição de lanternas de alta potência e baterias aos embros da comunidade.
  - ◇ **Resultados:** Todas as intervenções planeadas foram concluídas de acordo com os planos de trabalho e prazos, e o projecto foi considerado um sucesso tanto pelas autoridades da vida selvagem como pelos moradores.



## ◇ Darwin R29 - Desenvolver capacidade governamental e capacidade para facilitar a coexistência entre humanos e elefantes.

- ◇ **Datas:** 01 de Abril de 2023 – 31 de Março de 2025
- ◇ **Países-alvo:** Angola, Etiópia, Malawi
- ◇ **Metas e Objectivos:** O projecto visa apoiar as autoridades de gestão da vida selvagem em três países. O Objectivo 1 centra-se na capacitação dos Pontos Focais Nacionais para o HEC (NHFPs) em cada um dos países-alvo. Isto envolve nomear os Pntos Focais, colaborar com os Pontos Focais para desenvolver um pacote de apoio específico para o país e fornecer formação em gestão do Conflito Home-Elefante e orientação contínua para os Pontos Focais. O Objectivo 2 centra-se no estabelecimento e operação de sistemas de monitorização do Conflito por pessoal capacitado nas autoridades de gestão da vida selvagem, uma vez que existe uma grave falta de dados sobre o HEC em todo o continente. As actividades incluem a criação de sistemas de monitorização e a facilitação da formação em desenvolvimento de competências para os Pontos Focais. O Objectivo 3 visa criar uma Rede de Pontos Focais funcionais para o Conflito para facilitar a troca de informações entre os estados de distribuição de elefantes. Por último, o Objectivo 4 visa implementar soluções personalizadas a longo prazo em cada país-alvo, oferecendo apoio na mitigação do HEC em pontos críticos locais.
- ◇ **Resultados até agora:** Pontos Focais nomeados nos três países, Memorandos de Entendimento e pacotes de apoio em curso.
- ◇ Funcionários dedicados à vida selvagem da Etiópia e do Malawi receberam formação no Quênia (fevereiro de 2024) sobre mitigação do Conflito Homem-Elefante pelos parceiros Save The Elephants, e na Conferência SMART inaugural na Namíbia (março de 2024).

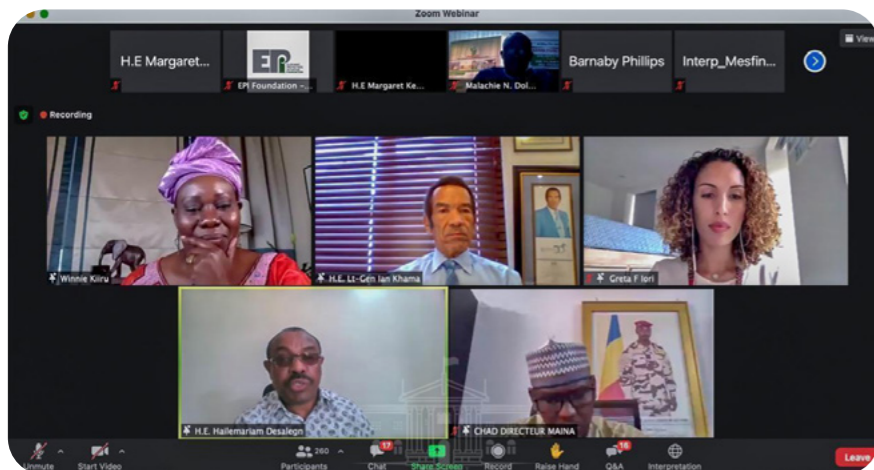
Do Quênia ao Chade, do Gabão ao Uganda, os elefantes e as pessoas estão em conflito por terras e pela diminuição recursos naturais. Jornais africanos relatar sobre este conflito diariamente



## Eventos de Alto Nível

Desde 2021, a Fundação EPI organizou uma série de eventos online de alto nível, centrados nos desafios de conservação dos elefantes em África e, especialmente, sobre o Conflito Homem-Elefante. Os participantes incluíram ministros do governo de Angola, Chade, República do Congo, Gabão, Quênia, Nigéria e Reino Unido, a Primeira-Dama do Quênia, o Antigo Presidente do Botswana, o Antigo Primeiro-Ministro da Etiópia, altos funcionários responsáveis pela vida selvagem dos Camarões, RDC, Guiné Equatorial, Etiópia, Libéria e Malawi, diplomatas da ONU e importantes ambientalistas internacionais. Encomendamos e produzimos uma série de filmes inovadores, e cada evento atraiu públicos de várias centenas de pessoas, provenientes de mais de 20 países africanos e de dezenas de outros países ao redor do mundo.

Em 2023, participamos da Conferência sobre Conflito e Coexistência entre Humanos e Vida Selvagem da IUCN, em Oxford. Através destes e de outros eventos, colocamos a Fundação EPI firmemente no meio da crescente conversa sobre o conflito entre humanos e animais selvagens.



Ministros do governo, ex-presidentes e primeiros-ministros, primeiras-damas e a Fundação EPI discutem a crise HEC no evento EPI 2021.



Greta Francesca Iori, Directora de Desenvolvimento de Programas da Fundação EPI

## A Declaração EPI sobre o Conflito Homem-Elefante

Em Dezembro de 2022, a Fundação EPI reuniu os estados-membros da EPI, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Banco Mundial, à margem da 15ª reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica em Montreal, para uma reunião especial sobre o HEC, presidida pela Ministra do Ambiente de Angola, Ana Paula de Carvalho, para endossar uma Declaração Conjunta sobre o Conflito Homem-Elefante (HEC) *Joint Statement on Human-Elephant Conflict (HEC)*. A declaração diz que o HEC está a “emergir rapidamente como a maior ameaça à sobrevivência dos elefantes de África” e apela a um maior apoio e reconhecimento dos desafios enfrentados pelos estados onde vivem os elefantes.

2022 HEC Oficina, Cbebera - Churubura, Etiópia.



## A Imprensa em África

Como parte do pilar 'Amplificar as Vozes Africanas', a Fundação EPI utilizou em 2023 uma doação da Fundação Wild Philanthropy para apoiar os jornalistas em **Angola, Libéria e Nigéria** a deslocarem-se dentro dos seus próprios países e reportarem sobre o HEC, para os jornais, rádio, televisão e plataformas digitais.

Muitas vezes, os jornalistas em África, baseados nas capitais, não têm os recursos para irem ao terreno e ouvirem as comunidades rurais que vivem na linha da frente dos desafios de conservação. E ao permitir que os decisores em África, mas também em outros lugares, ouçam e compreendam diversos pontos de vista, temos mais hipóteses de alcançar soluções que funcionem para a vida selvagem e as comunidades rurais.

Os elefantes destes três países são pouco conhecidos no estrangeiro, mas mesmo muitas pessoas que vivem em Luanda, Monróvia ou Lagos não sabem que estes animais ainda sobrevivem no interior, fora das suas cidades. Assim, estes relatórios foram também um lembrete importante de que ainda existem elefantes selvagens em 37 países africanos, embora em números muito reduzidos.

A reportagem da Televisão Nigeriana, veja aqui, foi transmitida em horário nobre no canal de notícias mais popular daquele país.

A nossa história na Libéria tornou-se notícia de primeira página no principal jornal e provocou um debate entre agricultores e os ambientalistas sobre o Conflito Homem-Elefante.



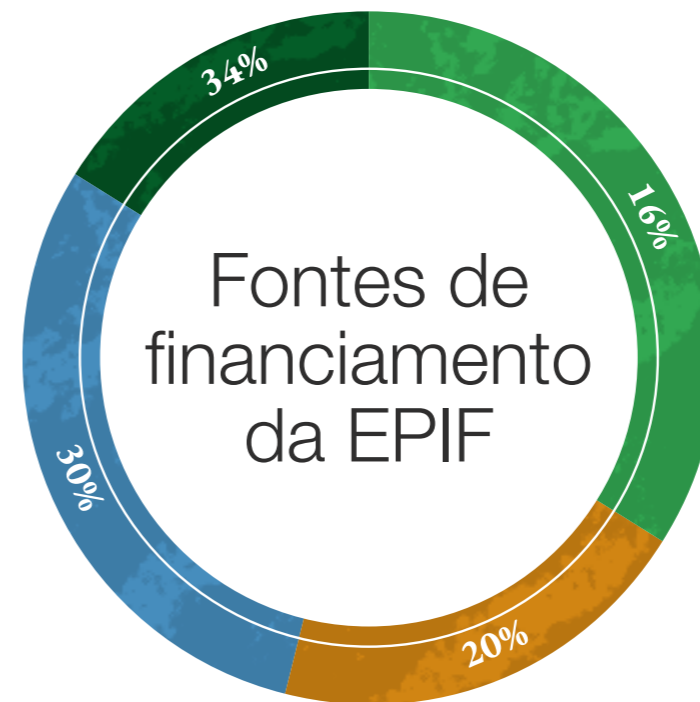
Notícias em primeira página. Libéria 2023.



## Capítulo 7: Financiamento

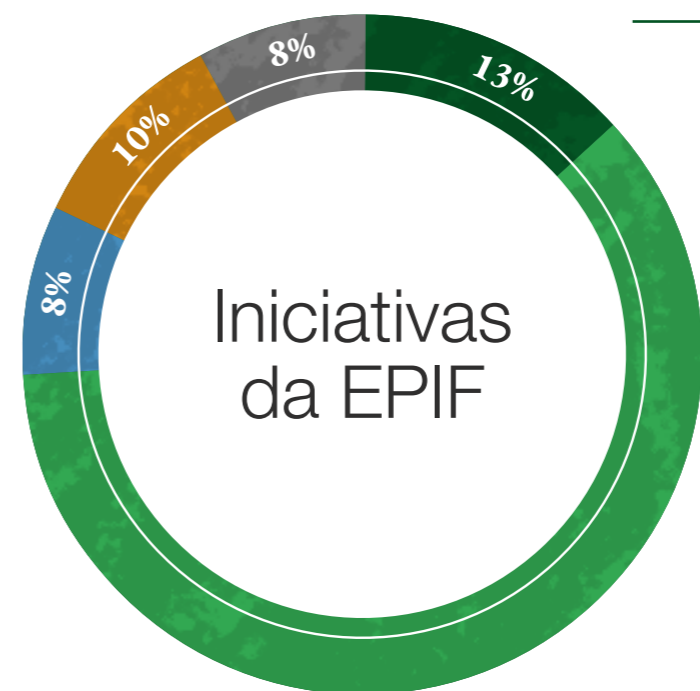
O Secretariado da EPI angariou e gastou mais de 11 milhões de libras desde o seu lançamento em 2014. Este dinheiro provém dos subsídios (provenientes de governos, bem como de outras instituições e ONGs importantes) e de doações privadas. Com o apoio dos nossos generosos doadores, mantivemos um nível consistente de actividade programática ao longo da década. Notavelmente, durante o período desafiador da pandemia da COVID de 2020 e 2021, a Fundação EPI permaneceu activa e gastou mais de 1,5 milhões de libras em projectos.

A esmagadora maioria dos fundos que angariámos foi gasta nos nossos principais objectivos em África: manter o marfim fora do comércio ilegal de vida selvagem e assegurar as reservas, desenvolver Planos de Acção Nacionais para Elefantes (NEAP) e, nos anos mais recentes, mitigar o conflito (HEC).



Fontes de financiamento da EPIF

- Subsídios do governo do Reino Unido
- Filantropia
- Subsídios do governo dos EUA
- Outras subsídios



Atribuição de fundos nos últimos 10 anos

**Apenas 13% das receitas da Fundação EPI foram gastas nas suas próprias despesas operacionais**

- Protegendo as reservas de marfim
- Desenvolvimento de Políticas e Engajamento Int.
- Desenvolvimento e implementação do NEAP
- Estratégia para o HEC e implementação
- Custos operacionais e de apoio

### Priorização da relação custo-benefício

De 2014 a 2024, apoiámos actividades no terreno em mais de 30 países africanos. Apenas 13% das receitas da Fundação EPI foram gastas nas suas próprias despesas operacionais. A nossa pequena e dedicada equipa trabalha remotamente, viaja modestamente e sempre se esforça para manter os custos ao mínimo. Isto garante que os nossos fundos tenham o máximo impacto onde for importante, nas linhas de frente da conservação nos Estados de distribuição de elefantes africanos.





## Capítulo 8: Resultados: A EPI e o Comércio de Marfim

Desde o seu lançamento em 2014, como este relatório demonstrou, a EPI trabalhou para manter a moratória de 1989 sobre o comércio internacional de marfim, encerrar os mercados domésticos de marfim e retirar as reservas de marfim do uso comercial. A justificação para esta estratégia foi reduzir a procura de marfim, resultando numa queda dos preços e na conseqüente redução da caça furtiva.

Em poucos anos, a EPI desempenhou um papel importante na celebração de acordos para o encerramento de mercados internos de marfim em vários países, incluindo a China e os Estados Unidos. O encerramento do mercado da China em 2017<sup>1</sup>, seguido de uma queda acentuada nos preços, é amplamente visto como um momento-chave na redução da procura de marfim e, portanto, na caça furtiva de elefantes. É, no entanto, extremamente difícil provar as relações causais entre a caça furtiva e o encerramento dos mercados de marfim ou a gestão das reservas. Por exemplo, um relatório do Banco Mundial de 2018 (Quy-Toan Do et al) argumentou que não havia relação entre o preço do marfim e a taxa de caça furtiva, embora outros contestem esta conclusão. No entanto, existem razões convincentes para acreditar que os estados-membros da EPI e a Fundação EPI tiveram sucesso em ajudar a reduzir a caça furtiva de elefantes, mesmo que o método através do qual isto tenha sido conseguido possa ter sido mais complexo do que simplesmente reduzir os preços.

<sup>1</sup> A China avança com o encerramento do mercado interno de marfim, conforme testemunhado pelo Secretário-Geral da CITES

### Preços do Marfim

Os preços do marfim variam ao longo da cadeia de valor, por país de destino e ao longo do tempo. A cadeia de valor do marfim pode envolver 6 intervenientes diferentes: caçador furtivo, intermediário, negociante, exportador, grossista e retalhista de marfim trabalhado. Entre 2014 e 2018, um caçador furtivo na Ásia receberia em média USD 93/kg, um intermediário USD 125/kg, um revendedor USD 236/kg, um exportador USD 387/kg, um grossista USD 1.009/kg e um retalhista de venda de marfim trabalhado USD 4.346/kg (UNODC, 2020). Estas margens ao longo da cadeia cobrem os lucros e custos dos vários intervenientes.

Olhemos mais de perto para a China, um importante destino do comércio ilegal de marfim durante a última década. Em 2012, a China adoptou o seu programa “Civilização Ecológica”, que visava incorporar a conservação em todas as políticas, e lançou campanhas de sensibilização pública sobre a importância do ambiente.

Em Dezembro de 2017, a China fechou os seus mercados domésticos de marfim<sup>2</sup>, e reforçou as suas leis e penalidades relativas aos crimes contra a vida selvagem. De acordo com as novas leis, a pena máxima para o contrabando de marfim é a prisão perpétua. (Yingwei Chen et al., 2023). Além disso, a partir de 2013, o governo chinês ajudou a lançar uma série de operações internacionais de aplicação da lei, com a participação de outros 63 países e organizações internacionais, combatendo o tráfico de vida selvagem ao longo de toda a cadeia de valor. Estas resultaram em mais de 200 detenções e na apreensão de mais de 300 caixas de espécies ameaçadas de tráfico, bem como de 12 toneladas de marfim. Desde então, a China continuou a reforçar a sua cooperação com os departamentos aduaneiros e policiais em países da cadeia de abastecimento de marfim, o que resultou em muitas apreensões e na acusação de grandes suspeitos de tráfico (Zhen Miao et al., 2022).

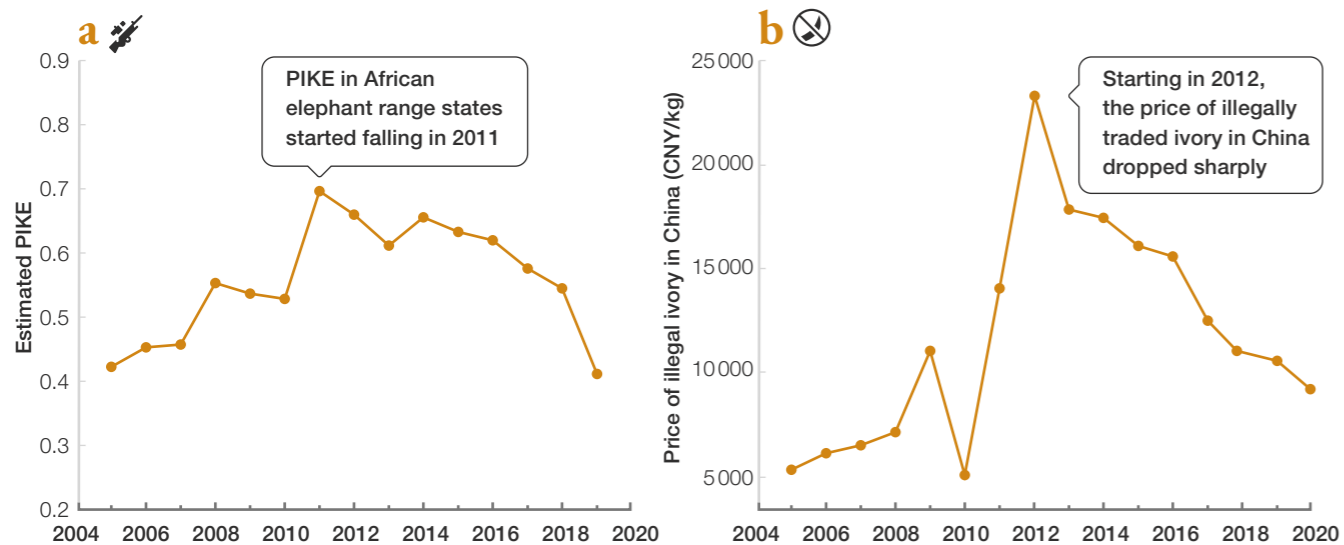
A partir de 2012, o preço do marfim comercializado ilegalmente na China caiu drasticamente (Fig. 1b) em antecipação a uma aplicação governamental mais rigorosa e, desde então, tem mantido uma tendência descendente consistente (Zhen Miao et al., 2022). Entretanto, no Japão e no Vietname, o preço do marfim sofreu um declínio semelhante, embora no Vietname, principalmente devido à aplicação relativamente fraca da lei, tenha havido uma ligeira recuperação do preço nos últimos anos (Zhen Miao et al., 2022). Com a supressão do maior mercado de marfim ilegal e uma redução consecutiva na procura, os benefícios foram rapidamente sentidos em África.

Em 1997, a CITES estabeleceu um programa de Monitorização do Abate Ilegal de Elefantes, vulgarmente conhecido como MIKE. Um dos seus principais componentes é a Proporção de Elefantes Mortos Ilegalmente, ou PIKE, que é um índice da Pressão da Caça Furtiva. De forma encorajadora, o PIKE nos estados africanos onde existem elefantes começou a declinar em 2011, primeiro lentamente devido a um intervalo de tempo, e nos últimos anos de forma mais acentuada (Fig. 1a).

<sup>2</sup> In harmony with nature - Chinadaily.com.cn, [https://cites.org/eng/CITES-secretary-general-remarks-at-first-destruction-confiscated-elephant-ivory-Hong\\_Kong-China](https://cites.org/eng/CITES-secretary-general-remarks-at-first-destruction-confiscated-elephant-ivory-Hong_Kong-China), [https://cites.org/eng/CITES-secretary-general-remarks-at-first-destruction-confiscated-elephant-ivory-Hong\\_Kong-China](https://cites.org/eng/CITES-secretary-general-remarks-at-first-destruction-confiscated-elephant-ivory-Hong_Kong-China)

▼  
Marfim confiscado joias  
destinadas à destruição.  
Gavin Condado /  
USFWS





**Figura 1.** Proporção estimada de elefantes mortos ilegalmente (PIKE) de 2005 a 2019 (a), e o preço do marfim bruto na China (b) para o mesmo período. Um valor estimado de PIKE > 0,5 - ou seja, mais de 50% de todas as carcaças detectadas são de elefantes mortos ilegalmente - é considerado insustentável.

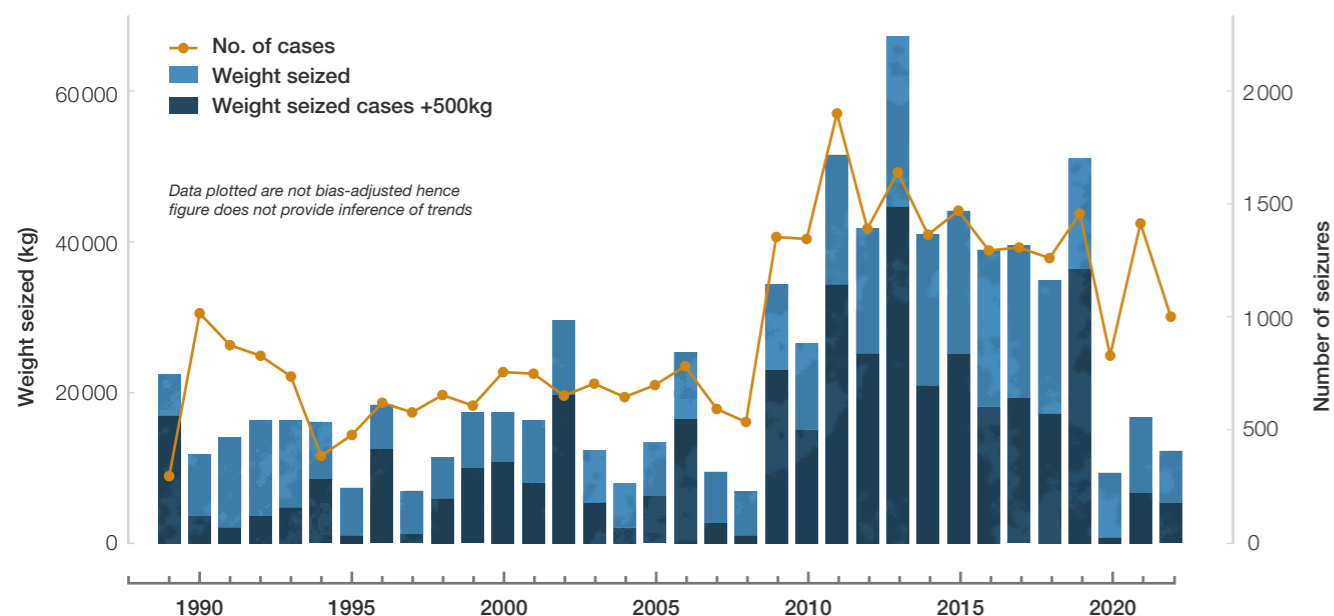
(Fonte: Zhen Miao et al., 2022).

Esta sequência positiva de acontecimentos demonstra a importância de uma acção coordenada. A EPI, fundamental para o encerramento dos mercados nacionais de marfim, ajudou a definir o tom para que muitos países em todo o mundo endureçam as leis relacionadas com o tráfico de vida selvagem e produtos da vida selvagem, introduzam sistemas de sanções mais rigorosos e contribuam para a aplicação colaborativa a nível internacional. Em conjunto, estas medidas reduziram a procura e baixaram os preços do marfim.

### Apreensões de Marfim (ETIS)

O Sistema de Informação sobre o Comércio de Elefantes (ETIS) foi estabelecido pela Conferência das Partes (CoP) na CITES na sua 10ª Reunião em Harare em 1997, para melhorar a compreensão do comércio ilegal de marfim e outros produtos relacionados. Os dados de apreensões do ETIS fornecem informações sobre o comércio ilegal, mas requerem uma interpretação cuidadosa. Pode demonstrar a presença de um problema, mas também a determinação e capacidade das autoridades para o resolver. Não demonstra necessariamente a magnitude do tráfico, nem a eficácia e capacidade da aplicação da lei, mas fornece informações valiosas sobre os países de trânsito e de destino e torna possível avaliar a percentagem de marfim retirado do comércio pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei, que é muitas vezes inferior ao que é amplamente assumido. Por exemplo, das 105 toneladas de marfim ilegal exportadas anualmente de África entre 2016 e 2018, apenas 5 toneladas foram apreendidas

**Fig. 2.** Número de casos de apreensão de marfim relatados e peso apreendido por ano de 1989 a 2022 (Fonte: CITES/ETIS, 2023).



em África, 2 toneladas apreendidas na Europa e 24 toneladas apreendidas na Ásia, resultando na chegada de 63 toneladas aos seus destinos, principalmente na Ásia, (UNODC, 2020).

Os dados comunicados sobre o número de apreensões e o peso apreendido entre 1989 e 2022 estão resumidos na Figura 2, mas não devem ser interpretados como uma tendência, nem são necessariamente sugestivos de quantidades absolutas de marfim apreendidas ao longo do tempo. Dito isto, o número de apreensões e o peso flutuaram em níveis relativamente baixos entre 1989 e 2008, aumentaram em relação a 2009, atingiram o pico em 2013 e depois diminuíram de 2014 a 2022, com a queda acentuada em 2020 parcialmente devido à crise da COVID, quando a quantidade de transporte caiu em todo o mundo. Devido ao intervalo de tempo entre os incidentes de caça furtiva e a exportação de marfim ilegal, as apreensões de marfim começaram a diminuir gradualmente em 2014.

### Proporção de elefantes mortos ilegalmente (PIKE)

O PIKE, como mencionado acima, é um Índice de Pressão da Caça Furtiva e fornece tendências relacionadas com os níveis de caça furtiva. Os seus resultados também precisam de ser interpretados com cautela, uma vez que existem potenciais enviesamentos relacionados com a qualidade dos dados, taxa de notificação, probabilidades de detecção de carcaças, variação nas taxas de mortalidade natural e outros factores. No entanto, um valor estimado de PIKE > 0,5 - ou seja, mais de metade de todas as carcaças detectadas são de elefantes mortos ilegalmente - é considerado uma taxa de perda insustentável.

**‘o número de apreensões e o peso flutuaram em níveis relativamente baixos entre 1989 e 2008, aumentaram em relação a 2009, atingiram o pico em 2013 e depois diminuíram de 2014 a 2022’**

**▼** Elefante abatido, Tsavo Quênia, 2013, Karel Prinsloo.

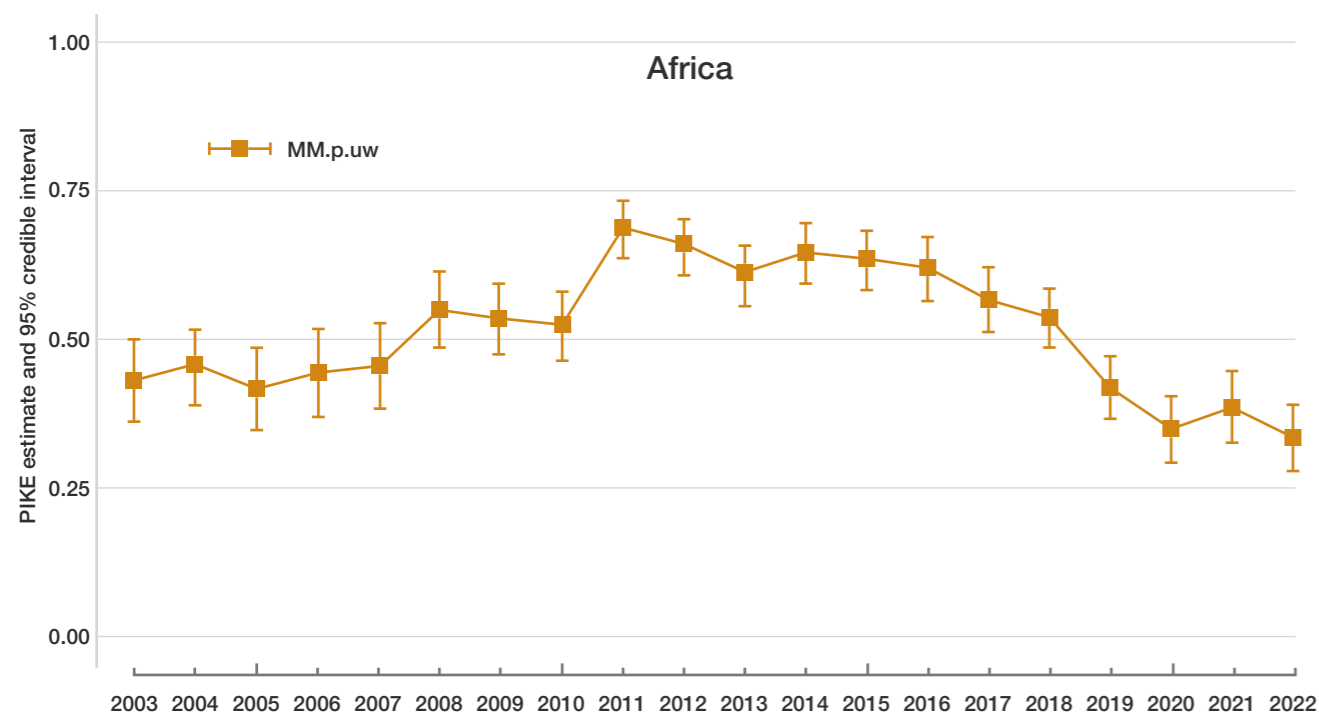


### Média continental PIKE

Entre 2003 e 2010, a média anual do PIKE continental aumentou, atingindo o seu ponto mais alto em 2011 (Fig. 3). De 2012 a 2018, o PIKE continental médio mostra uma tendência gradual de queda, com uma queda acentuada após 2018 (Fig. 3). Ao longo deste período, a estimativa continental do PIKE caiu de 0,54 em 2018 para 0,33 em 2022. A estimativa do PIKE para 2022 representa o valor mais baixo desde 2003, com um valor de 0,33. (CITES/MIKE, 2023).

Fig. 3. Estimativas continentais do PIKE para África com base na abordagem Bayesiana GLMM não ponderada. A barra de erro ou intervalo de confiança/credibilidade (95%) mostra o nível de incerteza nas estimativas anuais do PIKE (Fonte: CITES/MIKE, 2023).

Annual continental PIKE Estimate



‘Entre 2003 e 2010, a média anual do PIKE continental aumentou, atingindo o seu ponto mais alto em 2011 (Fig. 3). De 2012 a 2018, o PIKE continental médio mostra uma tendência gradual de queda, com uma queda acentuada após 2018’.

### Média Sub-regional PIKE

As estimativas sub-regionais do PIKE ao longo dos anos para a África Central, Oriental, Austral e Ocidental mostram variações entre regiões. (Fig. 4).

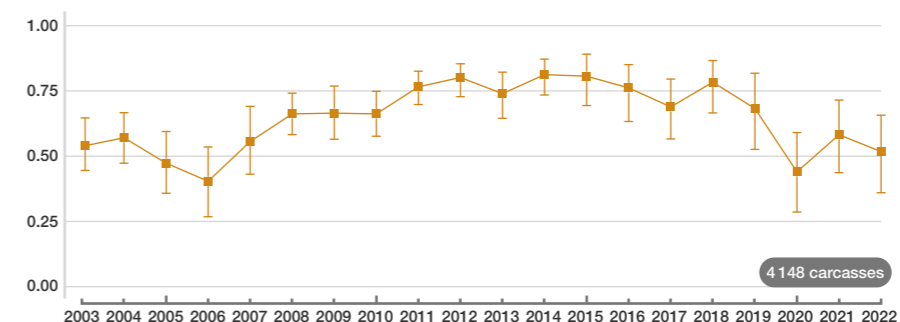
**África Central (4A):** As estimativas do PIKE para a África Central aumentaram geralmente de 2003 a 2011, depois flutuaram em torno de um valor de 0,75 até 2018. De 2018 a 2022, a estimativa média do PIKE seguiu uma tendência descendente, mas permaneceu insustentavelmente elevada. Em 2022, a estimativa média não ponderada do PIKE para a África Central foi de 0,52 (intervalo: 0,36 - 0,66), o que é significativamente superior à estimativa média do PIKE continental para 2022 de 0,33 (intervalo: 0,28 - 0,39), e insustentável a longo prazo.

**África Oriental (4B):** A tendência PIKE para a África Oriental alinha-se com a tendência PIKE continental: uma tendência ascendente de 2003 a 2011, seguida por uma tendência descendente após 2011. A estimativa PIKE não ponderada para a África Oriental em 2022 é de 0,27 (intervalo: 0,21) - 0,34) e fica abaixo da estimativa média continental do PIKE para 2022 de 0,33.

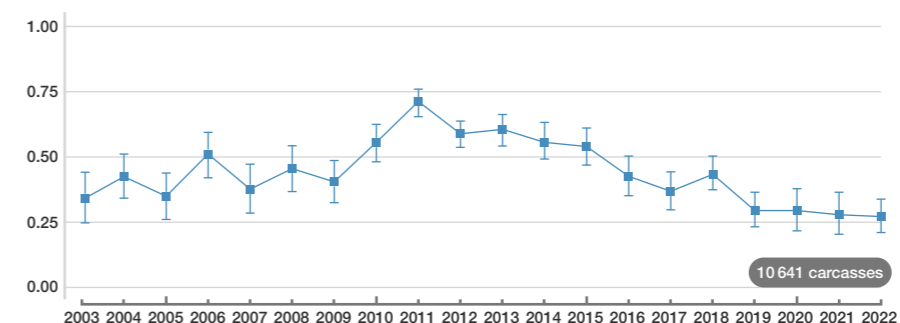
**África Austral (4C):** De 2018 a 2022, há uma clara tendência decrescente no PIKE estimado para a África Austral. Durante este período, a estimativa do PIKE passou de 0,40 em 2018 para 0,20 em 2022. A estimativa não ponderada do PIKE para a África Austral em 2022 é de 0,20 (intervalo: 0,15 - 0,26) e está abaixo da estimativa continental média do PIKE para 2022 de 0,33.

**África Ocidental (4D):** A sub-região da África Ocidental é conhecida por ter pequenas populações de elefantes, e isto, juntamente com outros factores, influencia o número de carcaças encontradas anualmente e prejudica o valor das estimativas do PIKE. Embora o PIKE médio estimado tenha diminuído de 0,71 (intervalo: 0,44 - 0,90) em 2021 para 0,43 (intervalo: 0,13 - 0,76) em 2022, isto não foi estatisticamente significativo. A estimativa não ponderada do PIKE para a África Ocidental em 2022 é de 0,43 (intervalo: 0,13 - 0,76), superior à estimativa média do PIKE continental de 0,33.

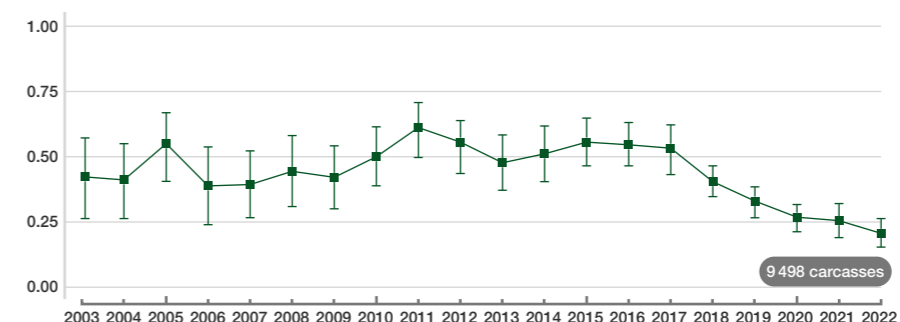
#### a Central Africa



#### b Eastern Africa



#### c Southern Africa



#### d West Africa

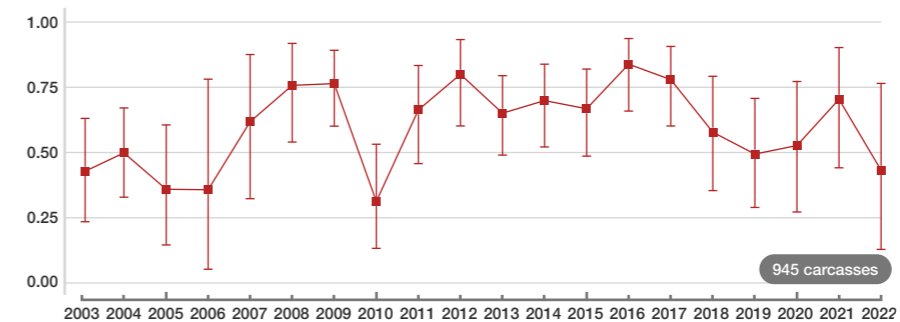


Fig. 4. Estimativas sub-regionais do PIKE ao longo dos anos com base na abordagem Bayesiana GLMM não ponderada. A barra de erro mostra o nível de incerteza nas estimativas anuais do PIKE e representa intervalos de credibilidade de 95%. O número total de carcaças (2003-2022) para cada sub-região é mostrado no canto inferior direito de cada gráfico. A - África Central; B - África Oriental; C - África Austral e D - África Ocidental (Fonte: CITES/MIKE, 2023).

Em conclusão, desde 2011, a caça furtiva de elefantes diminuiu significativamente na África Oriental e Austral, com as populações de elefantes a aumentar, como as do Quênia, Malawi e Uganda, ou estabilizadas, como a população da Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango Zambeze. (ATFC KAZA), e em algumas áreas na Tanzânia. Nenhum resultado de inquérito sobre elefantes para estados de distribuição de elefantes foi publicado recentemente, com as notáveis exceções do Quênia, (2021) e do relatório da pesquisa KAZA (2023). Os números oficiais para a maioria dos estados de distribuição de elefantes africanos ainda se baseiam no relatório sobre a situação do elefante africano de 2016, embora este deva ser atualizado em 2024.

Mesmo na África Central, a situação da caça furtiva parece ter melhorado um pouco nos últimos anos. Na África Ocidental, no entanto, devido ao reduzido tamanho das amostras, continua a ser difícil tirar conclusões a partir dos dados do PIKE.

Apesar deste progresso – a inversão nas tendências da caça furtiva em pelo menos três das quatro sub-regiões, uma queda significativa nos casos de apreensão e no peso, uma procura significativamente menor, resultando em preços mais baixos do marfim – a batalha contra a caça furtiva do marfim ainda não foi vencida. No Vietname, os preços parecem estar a recuperar e o país está a emergir como um centro emergente do comércio ilegal de marfim. De 2006 a 2015, o Vietname era o destino pretendido de cerca de 9% do peso total de marfim apreendido em todo o mundo, mas para 2015–2019 este número aumentou para 42% (UNODC, 2020).

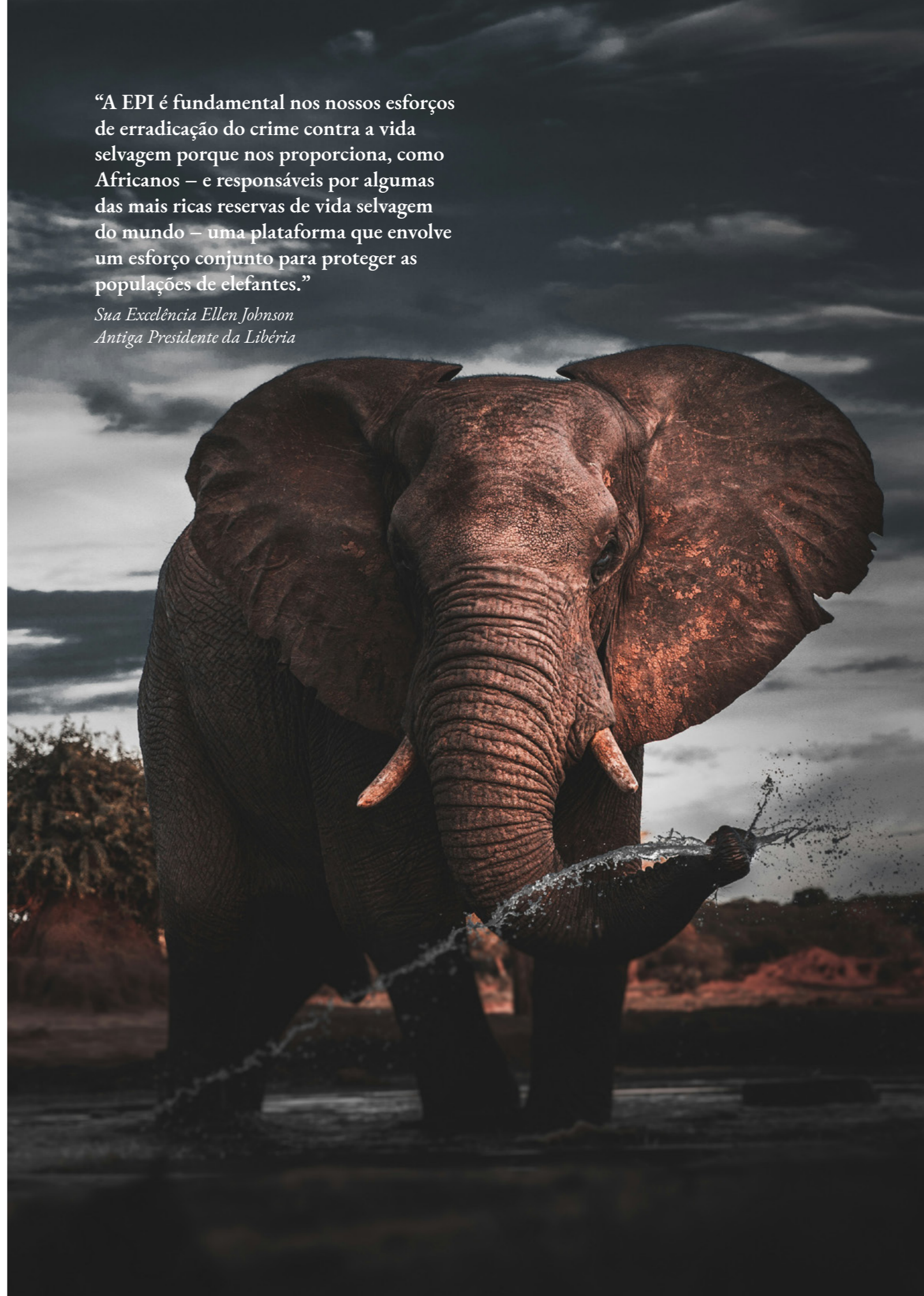
Além disso, uma população estável de elefantes na ATFC KAZA - que inclui partes de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, que partilham fronteiras ao longo das bacias dos rios Okavango e Zambeze - pode parecer sucesso. Analisando mais detalhadamente, os resultados são mais preocupantes. A população de cerca de 220.000 elefantes do KAZA não mudou desde a última pesquisa em 2015, mas uma taxa de recrutamento natural de 5% ao ano, considerando 2% de mortalidade natural, sugere que perdeu-se 11.000 elefantes por ano, provavelmente devido à caça furtiva, entre 2015 e 2022. Um total de 77.000 elefantes equivalem a cerca de 150.000 presas. A proporção de carcaças de 10,47% observada durante o inquérito KAZA de 2022 sugere que a caça furtiva ainda é um grande problema nesta região. A proporção de carcaças é o número de elefantes mortos observados durante um levantamento aéreo como uma percentagem do número total de elefantes, mortos e vivos, contados nesse levantamento. As taxas de carcaça superiores a 8% são uma forte indicação de uma população em declínio.

### **Conclusão**

Nos últimos 10 anos, os estados-membros da EPI, em colaboração com a Fundação EPI, contribuíram significativamente para o cumprimento da moratória internacional sobre o comércio de marfim, o encerramento dos mercados nacionais de marfim e ajudaram a evitar que as reservas de marfim vazassem para o mercado ilegal através da gestão de reservas, custódia e destruição. Estas medidas reduziram os preços do marfim, mas também enviaram uma mensagem pública poderosa, especialmente quando combinadas com uma melhor aplicação da lei, que levou a uma procura significativamente menor e a melhores perspectivas para a maioria dos elefantes de África. Mas precisamos permanecer vigilantes. Precisamos de reforçar ainda mais a aplicação da lei ao longo de toda a cadeia de valor do marfim através de níveis reforçados de cooperação internacional, mas também precisamos de concentrar mais atenção numa nova crise que emergiu gradualmente ao longo das últimas duas décadas – o Conflito Homem-Elefante (HEC).

**“A EPI é fundamental nos nossos esforços de erradicação do crime contra a vida selvagem porque nos proporciona, como Africanos – e responsáveis por algumas das mais ricas reservas de vida selvagem do mundo – uma plataforma que envolve um esforço conjunto para proteger as populações de elefantes.”**

*Sua Excelência Ellen Johnson  
Antiga Presidente da Libéria*





## Conclusão

O panorama global relativo à conservação mudou desde 2014. Os perigos colocados pelas alterações climáticas e pela perda catastrófica de biodiversidade são mais urgentes e mais amplamente compreendidos. Há também uma maior apreciação da extensão em que estas crises estão interligadas. Isto reflecte-se nas metas do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal da ONU, que apelam a medidas urgentes para reduzir a perda de biodiversidade e minimizar o impacto das alterações climáticas globais. África e, portanto, os Estados-membros da EPI, estão na linha da frente para sentir o impacto destas crises e para tomar medidas para as combater.

As ameaças enfrentadas pelos elefantes africanos também mudaram desde 2014. Este relatório mostrou o progresso alcançado durante a última década pelos países, profissionais da área de conservação e comunidades na luta contra a caça furtiva de elefantes e o contrabando de marfim, e a recuperação de algumas populações-chave de elefantes africanos. Os estados-membros da EPI e a Fundação EPI estão orgulhosos de terem desempenhado o seu papel nestes sucessos colectivos.

Nos próximos anos, a EPI continuará a trabalhar para manter a moratória de 1989 sobre o comércio internacional de marfim e para o encerramento de mais mercados domésticos de marfim. A Fundação EPI também continuará o seu trabalho altamente eficaz na melhoria da segurança das reservas de marfim, bem como na assistência aos países no desenvolvimento de Planos de Acção Nacionais para os Elefantes.

Mas na próxima década a EPI deverá também responder ao desafio crescente colocado pelo Conflito Homem-Elefante (HEC) e à necessidade de financiamento adequado para a conservação dos elefantes. Para muitos estados-membros da EPI, o conflito tem um significado político interno e é a questão mais importante na conservação dos elefantes. É pouco provável que a competição entre pessoas e elefantes por terras e recursos em África diminua. Já há muitas dezenas de milhões de pessoas a mais a viverem nas localidades onde vivem elefantes do que quando a EPI foi lançada. O crescimento da população humana continuará. As alterações climáticas agravarão ainda mais as tensões.

A EPI, com os seus membros a nível continental, está bem posicionada para manter a sua posição como o principal fórum através do qual África pode articular as suas necessidades e atingir os seus objectivos na conservação dos elefantes. A Fundação EPI favorece-se de um Conselho de Liderança Africana e pessoal experiente e empenhado. É um canal único entre África e o resto do mundo. *Desenvolveu uma estratégia para a próxima década, bem como estratégia dedicada à gestão do HEC.*

Em África, como noutros lugares, os governos e as políticas podem mudar abruptamente. Nenhum dos líderes que assinaram a criação da EPI em 2014 continua a exercer os seus mandatos, embora todos os cinco países continuem a ser membros da EPI. À medida que a EPI continua a expandir-se, a Fundação EPI terá de trabalhar ainda mais arduamente para estabelecer contactos e fortalecer relações com a sua lista crescente de estados-membros, adaptar-se às mudanças na sua liderança, garantir que reflecte os seus pontos de vista com precisão e gerar os recursos para servir efectivamente. Para colocar este desafio em perspectiva, a EPI tem agora o dobro de Estados-Membros do que o número de seus funcionários na Fundação EPI.

Estamos profundamente gratos a todos aqueles que apoiaram a EPI ao longo da primeira década do seu percurso. Já conseguimos muito. Mas para garantir que as nossas ambições colectivas sejam concretizadas, os estados-membros da EPI e a Fundação EPI necessitarão de fundos fiáveis e sustentáveis nos próximos anos. Com estes, podemos manter e aumentar os projectos em curso nos estados-membros da EPI e ajudar a ampliar as perspectivas africanas para um público global.

A Visão 2030 da Fundação EPI prevê um futuro em que alcançamos “a coexistência harmoniosa de elefantes e pessoas com manadas capazes de viajar através das suas áreas de distribuição”. Protegendo assim uma gama diversificada de animais e plantas selvagens, combatendo as alterações climáticas e apoiando os meios de subsistência locais.

Ao entrarmos na nossa segunda década, pedimos-lhe que se junte a nós para transformar a nossa emocionante visão em realidade.



◀ Crianças em idade escolar, Quênia, Martin Middlebrook

## References

Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (2019). Avaliação Global para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. IPBES.

Lemieux, A. M., e R. V. Clarke (2009). A proibição internacional da venda de marfim e os seus efeitos na caça furtiva de elefantes em África. *Brit. J. Criminology* 49, 451 – 471. doi:10.1093/bjc/azp030.

Scanlon, J. E., J. Barzdo e G.I. Iori (2023). O Elefante na Sala: CITES e os Elefantes Africanos. IISD Comentário, 25 Janeiro de 2023.

Thomas-Walters, L., Morkel, B., Kubo, T., 't Sas Rolfe, M., Smith, R.J. e Diogo Veríssimo (2023). *Conservação e Sociedade* 21(1): 1-16.

CITES/ETIS (2023). O Sistema de Informação Sobre o Comércio de Elefantes (ETIS). Um relatório da 77ª reunião da Comissão Permanente da CITES.

CITES/MIKE (2023). Monitorização do Abate ilegal de Elefantes (MIKE), PIKE análise de tendências 2003-2022.

Quy-Toan Do, A. A. Levchenko, L. Ma, J. Blanc, H. Dublin & T. Milliken (2018). A Elasticidade do Preço da Caça Furtiva de elefantes africanos. Documento de trabalho de pesquisa política 8335. Grupo Banco Mundial, Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento, Equipe de Pobreza e Desigualdade.

UNODC (2020). *World Wildlife Crime Report, Trafficking in Protected Species*. UNODC Research.

Yingwei Chen, Yify Wang & H. S. Mumby (2023). Five years of the ivory ban in China: Developments, limitations, and potential for improvement. *Biological Conservation*, Vol. 284, 110177.

Zhen Miao, Qiang Wang, Xiaofeng Cui, Kirsten Conrad, Wei Ji, Wei Zhang, Xuehong Zhou & Douglas Craig MacMillan (2022) The Dynamics of the Illegal Ivory Trade and the Need for Stronger Global Governance. *Journal of International Wildlife Law & Policy*, 25:1, 84-96, DOI: 10.1080/13880292.2022.2077393

## Apêndice

### A Equipa da Fundação EPI

O secretariado do EPI é composto por conservacionistas aEPIxonados e experientes, que trabalham em coordenação com os governos dos estados membros e ONGs parceiras.



**John Scanlon AO,**  
*Director-Geral.*



**Greta Francesca Iori,**  
*Directora de Desenvolvimento de Programas.*



**Dr Hugo Jachmann,**  
*Director dos Planos Nacionais de Acção para Elefantes.*



**Ruth Musgrave,**  
*Directora de Gestão de Reservas.*



**Ulysse Sinagabé Korogone,**  
*Director-Adjunto de Gestão de Reservas.*



**Andrew Crichton,**  
*Director de Operações.*



**Harry Thorold,**  
*Director Financeiro.*



**Barnaby Phillips,**  
*Consultor Sénior de Comunicação.*



**José Pedro Agostinho,**  
*Gestor de Projecto - África Lusófona.*



**Kiprotich Biwott,**  
*Gerente do Sistema de Gestão de Reservas.*



**Clara G. Rincuni,**  
*Gestora de Comunicação Digital.*



**Christina Godding,**  
*Gestora de Programas*

## O Conselho de Liderança da EPI

O EPI e a Fundação EPI beneficiam do aconselhamento e da experiência de um grupo de eminentes políticos e conservacionistas africanos.



**Sharon Ikeazor,**  
*Antiga Ministra de Estado  
República Federal da Nigéria*



**H.E. Ian Khama,**  
*Antigo Presidente,  
República do Botswana.*



**Fatima Maada Bio,**  
*Primeira-Dama,  
República da Serra Leoa.*



**Lee White CBE,**  
*Ex-Ministro das Águas,  
Florestas, Mar e Ambiente,  
República do Gabão.*



**Margaret Kenyatta,**  
*Antiga Primeira-Dama,  
República do Quênia.*



**H.E. Hailemariam Desalegn,**  
*Antigo Primeiro-ministro,  
República Federal da Etiópia.*

## Board of Trustees

A Fundação EPI é supervisionada por um conselho que reúne o que há de melhor em conhecimento técnico, jurídico e operacional. Além do seu dever fiduciário, os nossos administradores fornecem orientação na implementação do trabalho da Fundação EPI em apoio aos países membros.



**Alexander Rhodes,**  
*Presidente*



**Sanjayan Muttulingam,**  
*Administrador*



**Ian Craig OBE,**  
*Administrador*

